

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 097

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
07 DE AGOSTO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Fernando Ribas Carli (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

Ofício nº 345/2000

Curitiba, em 03.08.2000.

Senhor Presidente.

Com o presente comunico a Vossa Excelência que nesta data estou reassumindo meu mandato parlamentar e

funções a ele inerentes, tendo em vista que o objetivo da solicitação de licença foi devidamente alcançado em prazo inferior ao requerido.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência as minhas homenagens de respeito e consideração.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1430**

Senhor Presidente.

Na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos e no uso de minhas atribuições regimentais, venho através do presente, REQUERER a prorrogação dos trabalhos da comissão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme dispõe o § 3º do art. 36 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

**REQUERIMENTO Nº 1432**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Motin, pelo falecimento do senhor Alcides Nilton Motin, ocorrido no dia 04 de agosto do corrente ano, no município de Colombo.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Sunta Perin Motin, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Padre Francisco Bonato, nº 180, Centro, CEP: 83414-170, município de Colombo - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO Nº 1421**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações e aplausos ao município de Matelândia, pela passagem de seus 40 anos de emancipação política, ocorrido no mês de julho próximo passado.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Onir Braghini, prefeito municipal, bem como ao Excelentíssimo senhor Nelson Shoji Kmei, presidente da Câmara Municipal, para que estes recebam e cumprimentem toda a população do município de Matelândia.

A correspondência deverá ser enviada à prefeitura municipal, sito a Avenida Duque de Caxias, 800, CEP:

85.887-000; e à Câmara Municipal, sito a Avenida Borges de Medeiros, 815, CEP: 85887-000, ambas no município de Matelândia, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1422

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da presente sessão, votos de congratulações e aplausos ao município de Missal, alusivos a comemoração dos seus 37 anos de emancipação política, ocorrido no mês de julho próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo senhor Laci Dionísio Giehl, prefeito municipal, bem como a Excelentíssima senhora Irani Terezinha Giehl, presidente da Câmara Municipal, para que estes recebam e cumprimentem a toda a população do município de Missal.

A correspondência deverá ser enviada à prefeitura municipal, sito a Rua Nossa Senhora da Conceição, 555, CEP: 85890-000; e à Câmara Municipal, sito a Rua Sete de Setembro, 591, CEP: 85890-000, ambas no município de Missal, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Rubens Medeiros Novick, alusivos a posse como Superintendente da Repar, ocorrido no último dia 3 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rodovia do Xisto, BR 476 - Km 16, CEP: 83700-970, Araucária - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações, à Polícia Militar do Paraná, alusivos aos 146 anos da Corporação, a ser comemorado no dia 10 de agosto.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado voto de congratulações ao comandante geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, coronel Guaraci Moraes de Andrade alusiva à comemoração do aniversário de 146 anos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Justifico o presente requerimento demonstrando nosso reconhecimento ao importante trabalho desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao Excelentíssimo senhor juiz Jair Ramos Braga, pela sua promoção como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Jair Ramos Braga.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O desembargador Jair Ramos Braga, nasceu na cidade de Mafra. Fez o curso de direito na Universidade Católica do Paraná.

Em 1966, estreou na magistratura como juiz substituto; Um ano mais tarde, tornou-se juiz de Direito. Exerceu ainda os cargos de juiz auxiliar da Corregedoria da Justiça, durante sete anos, e juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça por três anos. Presidiu o Tribunal de Alçada do Paraná de 1997 à 1998. Chegou a ser capitão da Polícia Militar do Paraná, onde cursou a escola de cadetes da Polícia Militar. Foi delegado de polícia em cidades do interior paranaense, como Lapa, Ribeirão Claro e Santa Mariana.

É para nós paranaenses, um dia de Gala, este momento em que festejamos a promoção do doutor Jair Ramos Braga como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

É, pois, uma demonstração desse nosso sentir que almejamos em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao eminente desembargador Jair Ramos Braga, toda a sorte de felicidade.

#### REQUERIMENTO Nº 1439

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de congratu-

lações à nova diretoria da Associação Comercial do Paraná, que toma posse nesta data.

Sala de Sessões, em 07.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial do Paraná, empossa nesta data, sua nova Diretoria, para a gestão 2000/2002, que ficou assim composta:

presidente	Marcos Domakoski
Conselho Superior	Abdo Dib Abage Agide Meneguette Alberto Accioly Veiga Filho Antonio Carlos Romanoski Arnaldo Nacedo Caron Atilano de Oms Sobrinho Carlos Antônio Gusso Francisco Cunha Pereira Filho Joel Malucelli José Carlos Gomes de Carvalho Luiz Celso Olivet de Moura Branco Marina Klamas Taniguchi Naim Akel Odone Fortes Martins Omar Rachid Fatuch Paulo Cruz Pimentel Roberto Demeterco Rubens Armando Brustolin Saul Raiz Sinval Zaidan Lobato Machado
ex-presidentes	Noel Lobo Guimarães Carlos Alberto Pereira de Oliveira Werner Egon Schrappe Maria Cistina de Andrade Vieira Eduardo Guy de Manuel Ardisson Naim Akel Jonel Chede
vice-presidentes	Virgílio Moreira Filho Cláudio Gomes Slavieiro Cláudio Francisco Tolentino Edson José Ramon Hiram Silva de Souza Valquiria Mac-Dowell Gabriel Viegas Ribeiro Flávio Prestes Arnaldo Luiz Miró Rebello Jacquel Melzer Frischmann Luiz Alberto de Paula Cesar Regina Kracik Teixeira João Edison Alves Camargo e Gomes Edmundo Kusters Marilda Précoma Podlecki Evelyn Cotait Nascimento Márcia Schier Brock Raimundo Fuentes Élcio Henrique Coninck Ribeiro Jorge José Domingos Neto

Conselho Deliberativo	Antonio João Monteiro de Azevedo Armando de Souza Couto Camilo Turmina Carlos Alves da Silva Eryclea Porto Freire Ewaldo Antônio Buschle Neto Gustavo Daniel Berman Henrique Lenz César Filho Jonel Chede Filho José Eduardo de Moraes Sarmento Lazaro Peixoto Bayer Leonardo Petrelli Neto Lúcia Durães Canet Luiz Antonio Leprevost Luiz Eduardo Coimbra de Manuel Luiz Malucelli Neto Orlando Eugênio Mueller Pedro Segundo Seleme Romeu Huczok Ruy Senff
sócios beneméritos	Carlos Alberto Pereira de Oliveira Noel Lobo Guimarães Ruy Barreto

Pela posse e desejando muito sucesso à frente da nova diretoria da Associação Comercial do Paraná (Avenida XV de Novembro, 621 Curitiba), recebam todos os seus integrantes os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Serviço Nacional de Aprendizagem - Senac, pela passagem de seus 53 anos, em data de 07 de julho do corrente.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem comemorou em data de 07 de julho de 2000, seus 53 anos de fundação. Instituído em 07 de julho de 1947, é ligado à Federação do Comércio do Paraná e administrado pelos empresários do Setor Terciário da Economia (comércio e serviços), sendo instituição autônoma de direito privado.

Atualmente o Senac é reconhecida como agência educacional de prestação de serviços e sua programação contempla áreas diversas que abrangem o desenvolvimento das pessoas, das organizações, do comércio e da cultura do trabalho.

Desde a sua fundação o Senac já formou mais de 3 milhões de profissionais nas áreas de comércio e serviços. Atualmente são cerca de 100 mil pessoas formadas por ano, sendo cerca de 8 mil alunos/mês em todo o Estado.

O Senac possui mais de 350 cursos, inclusive de pós-graduação. Possui ainda Unidades Operacionais,

Unidades Especializadas e 145 Empresas Pedagógicas (restaurante-escola, confeitaria-escola e instituto de beleza).

Pela comemoração de seus gloriosos 53 anos, sempre à frente do seu tempo, formando profissionais de qualidade e prestando um inestimável serviço à nossa Sociedade, receba O Senac (Rua André de Barros, 750, Curitiba), através do presidente do conselho regional: Frederico Wiltemberg e diretor regional: Érico Morbis, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1441

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná, pela posse de sua nova Diretoria em 07 de julho do corrente.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Jornalistas empossou no último dia 07 de julho, festivamente, sua nova Diretoria, eleita através da chapa “Extra Pauta - Sangue Novo - Novos Desafios”.

Com o objetivo de dar continuidade ao excelente trabalho que vem sendo realizado naquele Sindicato, a nova Diretoria ficou assim composta:

Executiva:	
presidente	Mário Messagi Júnior
vice-presidente	Alexandra André de Almeida Palmar
secretária	Rosane Henn
finanças	Lilian Pérsia de Oiveira Tavares
imprensa	Luiz Claudio Soares de Oliveira
jurídico	José Evaldo Suassuna de Oliveira
cultura e lazer	Sílvio Rauth Filho
suplente	Marco Antônio Assef Bruginski
suplente	Elizabete do Carmo Castro
suplente	Miguel Portela
suplente	Rosângela Gabriel de Oliveira
suplente	Lenise Aubrift Klenk
suplente	Jonas Peixoto de Oliveira
suplente	Aurélio Munhoz

Conselho Fiscal	
titular	Emerson de Castro Firmo da Silva
titular	Ricardo José Marques Medeiros
titular	Luiz Henrique Hermann
suplente	Rogério Pereira
suplente	Marcelo Fernando de Lima
suplente	Ubiracy José Tessoreli
Conselho de Ética	
titular	Elza Aparecida de Oliveira Filha
titular	Maigue Gueths
titular	Adélia Lopes Salamane
titular	Carmem Regina Murara
titular	João Dedeus Freitas Neto
suplente	Sulamita Mendes
suplente	Audrey Andrade Possebom
suplente	Denis Ferreira Neto
suplente	Carlos Adriano Rarttmann
suplente	Douglas de Andrade Furiatti
Comissão de Sindicalização e Exercício Profissional	
titular	Fernando César De Carvalho Alves
titular	Leandro José Taques
titular	Cristian Gaston Rizzi
suplente	Carlos Alberto Martins da Rocha
suplente	Flávio Pedron
suplente	Newtom A. da Silva Júnior
Delegacia Federativa (Colégio de Representantes da Fenaj)	
titular	Antônio Ademir Mendes
titular	Carlos Alexandre Gonçalves
suplente	Thays Renata Poletto
suplente	Mário Messagi Júnior

Pela Posse desejando muito sucesso nesta nova gestão, receba toda a nova Diretoria do Sindicato dos Jornalistas (Rua José Loureiro, 211, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 1442**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio da Polícia Militar do Paraná - Cel. PM Felipe de Souza Miranda, pela comemoração de seus 41 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio da Polícia Militar do Paraná - Colégio Coronel PM Felipe de Souza Miranda, está completando hoje seus 41 anos de fundação. Foi criado em 07 de agosto de 1959.

O colégio é hoje um espaço em que os estudantes têm a oportunidade de exercer atividades tomando parte ativa de sua formação. A escola possui um projeto pedagógico que articula os afazeres do colégio, construindo a cidadania através da educação vinculada ao mundo do trabalho e da prática social.

Instituição muito tradicional em nossa Capital, por ali já passaram diversos nomes de destaque da sociedade paranaense e nacional. Conhecido por um ensino de alta qualidade, o Colégio da Polícia Militar possui ainda atividades extracurriculares de grande prestígio: banda marcial, coral e corpo de baile (onde os alunos participam de eventos culturais e bailes de debutantes entre outras atividades). Além disso, o colégio tem se destacado em diversas modalidades esportivas, desfiles cívicos e comunitários.

Com o objetivo de estimular e possibilitar a construção da cidadania, o colégio proporciona uma grande integração com a comunidade, através do Clube de Mães e da Associação de Pais e Mestres, que têm sido muito atuantes na tomada de decisões do colégio.

Pela comemoração de seus gloriosos 41 anos de existência, dentro de uma política educacional impecável, receba o Colégio da Polícia Militar (R. Almirante Gonçalves, 1423 - Curitiba), através de seu diretor - Cap. Sérgio Renor Vendrametto, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 1443**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná, pela comemoração de seus 146 anos.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A Polícia Militar do Paraná está comemorando seus 146 anos de existência.

Criada em 10 de agosto de 1854 por Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente da Província do

Paraná, a nossa Polícia Militar nasceu como Companhia da Força Policial da Província do Paraná, com um efetivo total de 67 homens, pela Lei nº 07, de 10 de agosto de 1854 e seu primeiro comandante foi designado um capitão do Exército Nacional, Joaquim José Moreira Mendonça, com encargo de organizá-la nos moldes estabelecidos e com base na hierarquia e disciplina, garantindo assim o melhor desempenho e a segurança da qual vinha a atender os problemas da região na questão segurança, controlando os criminosos e fora-da-lei que faziam desordens e praticavam assaltos (isso refletia negativamente a opinião pública paranaense). Com esta função foi criada a Companhia, que deu início às suas atividades a partir de 5 de dezembro de 1854.

De lá para cá a corporação ganhou diferentes nomes: Corpo Policial da Província do Paraná, Regimento de Segurança do Paraná, Força Militar do Estado e Polícia Militar do Paraná, em 1946, quando entrou na sua fase contemporânea, tornando-se uma organização moderna, estruturada e aperfeiçoada.

A nossa Polícia Militar tem uma longa e gloriosa história, tendo participado de guerras e revoluções, batalhas por questões territoriais (como foi a Guerra do Contestado - no início do século) lutando sempre bravamente pela nossa gente.

A corporação, atualmente comandada pelo coronel Guaraci Moraes Barros, é primorosa na formação de seus oficiais e no aperfeiçoamento dos mesmos, de forma a garantir um trabalho eficaz, através de uma visão administrativa moderna e eficiente.

Pela comemoração de seus gloriosos 146 anos de existência, receba a Polícia Militar do Paraná (Av. Mal. Floriano, 1401 - Curitiba), através de seu comandante - Cel. Guaraci Moraes Barros, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 1444**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações aos estudantes de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica, Kelven Stella Lopes e Alexandre Inhot Mikosz, pela atuação, de forma voluntária, durante a operação de emergência para amenizar os danos causados ao meio ambiente pelo derramamento de petróleo da Refinaria de Araucária.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada aos homenageados nos respectivos endereços: Kelven Stella Lopes, à Av. Manoel Ribas, 6112 - casa 03 - CEP 82.020-000, em Curitiba, Paraná; e Alexandre Inckot Mikosz, à Rua Bruno Chichon, 91, Centro - CEP 83.702-330 - Araucária, Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) BETO RICHÁ

**JUSTIFICATIVA:**

Durante a operação de limpeza do Rio Iguaçu, após o derramamento de petróleo sem precedentes na história do Paraná, a ação de voluntários foi fundamental para amenizar os estragos ao meio ambiente. Entre tantos voluntários, dois estudantes de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica se destacam por sua iniciativa, evitando o pior.

São ações como esta que comprovam a conscientização dos cidadãos paranaenses, diante dos danos causados ao ambiente e a pronta determinação em auxiliar no salvamento da fauna e flora.

**REQUERIMENTO Nº 1445**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de congratulações ao frei Policarpo Berri, pela comemoração de 50 anos de sacerdócio.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

Neste sábado, a comunidade pato-branquense prestou uma homenagem para um dos primeiros religiosos a fazer suas pregações no município: frei Policarpo Berri, que, no último dia 25 de julho, completou 50 anos de sacerdócio.

Nascido no dia 13 de julho de 1924, em Rodeio, no Vale do Itajaí (SC), frei Policarpo sempre conviveu no meio religioso. Dos seus dez irmãos, dois eram frades da província franciscana, ordenados em 1938 e 1939. Aos 11 anos, entrou para o Seminário de Rio Negro, onde estudou durante oito anos. Assim que se formou no segundo grau, fez seu noviciado em Rodeio. Estudou dois anos de Filosofia em Curitiba e cinco anos de Teologia, em Petrópolis, onde foi ordenado no dia 25 de julho de 1950. Rezou sua primeira missa em sua cidade natal e voltou para Petrópolis para terminar a faculdade. Logo em seguida, foi transferido para Niterói, onde ficou quatro anos. Em fevereiro de 1956, frei Policarpo chegou a Pato Branco.

Quando chegou a Pato Branco, a cidade não tinha mais que quatro mil habitantes. Todas as casas eram de madeira e o principal meio de transporte eram os cavalos. Era desta forma que fazia suas pregações pelas capelas do interior.

Em 1957, os religiosos da paróquia compraram a Rádio Celinauta e durante 15 anos frei Policarpo foi o principal responsável pela empresa. Viajava muito para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, procurando assistência para o povo pato-branquense. “Desde aquela época, já utilizava os meios de comunicação para fazer nossas pregações e colaborar, de alguma forma, para o desenvolvimento do município”.

Uma das atividades que marcou o trabalho de frei Policarpo na comunidade pato-branquense, é a

atenção especial que dá aos doentes. Desde que chegou ao município, visita hospitais e abençoa os pacientes.

Apesar de ter passado por alguns problemas de saúde, no início deste ano, frei Policarpo diz estar totalmente recuperado para dar continuidade às suas atividades como religioso. “Ainda estou fazendo tratamento, mas me sinto bem, e sempre que puder, estarei à disposição da comunidade”. Com 76 anos de idade, a filosofia de vida do religioso é servir a todos que precisam, com humildade e imparcialidade.

No dia 29 de julho próximo passado, houve uma celebração na igreja matriz em comemoração aos 50 anos de sacerdócio do frei Policarpo.

**REQUERIMENTO Nº 1446**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, considerando, que com o advento da Lei Federal nº 9.433/97 que, ao dispor sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e criar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, convocou aos Estados federados a instituir instrumentos correspondentes para se habilitarem à delegação futura, de corpos d'água de domínio da União, e principalmente, para a garantia da arrecadação e administração local dos recursos necessários e previstos pelo Sistema Nacional, oriundo da cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos.

Considerando, que pelo texto aprovado no Congresso a ANA teria autonomia para coordenar a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e acompanhar a elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas, como ainda delegar a órgãos federais, estaduais e municipais e do Distrito Federal, ou atribuir a organizações sociais civis de interesse público, a execução de atividades de sua competência.

Considerando, que no dia 17 de julho próximo passado, o presidente em exercício, Marco Maciel, sancionou a lei que “dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências”, com quatro vetos e que três desses se contrapõe à legislação existente que propugna pela descentralização do gerenciamento dos rios de domínio da União.

Considerando que, com os vetos à lei de criação da Agência Nacional de Águas, o governo federal sinalizou que a gestão dos rios federais seria competência somente da União e que os recursos da cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos seriam arrecadados para os cofres do governo federal.

Considerando, que os vetos apostos à lei são contrários aos interesses de todos os Estados que têm seu território drenado por rios federais;

Considerando, que o Estado do Paraná tem seu território majoritariamente drenado por rios federais - rios Iguaçu, Paraná, Paranapanema e Ribeira.

Considerando que, a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, no texto aprovado pelo Congresso Nacional, abria perspectivas para os Estados, quanto a disponibilidade de água para o consumo e para insumo de produção que contribuiriam para melhoria de vida da população que hoje sofre os danos da poluição e dos conflitos decorrentes do uso desordenado da água, e que os vetos à lei restringem essa possibilidade.

Considerando, que o Estado do Paraná aprovou, em novembro/99, sua Lei Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, ajustada à realidade paranaense, deliberando pela isenção da cobrança pelo uso da água para captações destinadas ao setor agropecuário, isenção esta que estaria prejudicada sem a delegação de competências relativas à gestão de rios de domínio federal que drenam o Paraná; REQUER, a Vossa Excelência o encaminhamento, aos senhores deputados e senadores, da Bancada do Paraná no Congresso Nacional, de apelo para que rejeitem os vetos parciais apostos ao PCL nº 02, de 2000, que “dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências”, em razão dos motivos acima expostos e ainda, porque, como já dito, os vetos, aos dispositivos contidos no artigo 4º, III, artigo 4º, § 5º e § 3º do artigo 21, são contrários aos interesses dos Estados, hoje sofrendo pela falta de recursos e incentivos para enfrentarem e resolverem os problemas que afetam a qualidade de vida da população brasileira. Mormente no que respeita ao desenvolvimento estadual compatível com a qualidade adequada ao meio ambiente. No caso os recursos hídricos que, ressalte-se, são finitos. Resta para os Estados a esperança que o Congresso Nacional seja sensível às necessidades destes, e rejeite os vetos. É o que se pede e se espera da ilustre Bancada do Paraná no Congresso Nacional.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao senhor governador do Estado e, de imediato encaminhada a todos os senhores membros da Bancada do Paraná no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchi, Miltinho Puppio, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Cezar Silvestri, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Marcos Isfer, Beto Richa, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Divanir Braz Palma, Ademar Traiano, Antonio Baratter, Nelson Tureck e Pastor Edson Praczyk.

## REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o encaminhamento da Moção em anexo, ao governo federal, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) DIVANIR BRAS PALMA

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nereu Moura, Edson Strapasson, Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, Cezar Silvestri, Antonio Baratter, Moysés Leônidas, Luiz Accorsi, Nelson Justus, Antonio Annibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Carlos Simões, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Valdir Rossoni, Antonio Carlos Belinati e Ademar Traiano.

Moção ao Governo Federal  
Emergência Agrícola no Paraná

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente  
Fernando Henrique Cardoso

O apoio ao setor agropecuário do Paraná, anunciado pelo governo de Vossa Excelência, através do Ministério da Agricultura para compensar as perdas com as geadas de julho - que destruíram a agricultura, causando perdas diretas superiores a R\$1 bilhão, e prejuízos de R\$30 bilhões à cadeia do agronegócio, conforme levantamento da Secretaria Estadual da Agricultura - é insuficiente, conforme posição do governo estadual, lideranças político-partidárias e sobretudo, dos produtores.

Apesar do esforço recente de industrialização, a economia paranaense ainda é dependente da agropecuária e dos prejuízos verificados abalam toda a cadeia de produção, causando o desemprego de mais de 200 mil pessoas no campo (especialmente nas culturas que demandam mão-de-obra - café, cana-de-açúcar, fruticultura e olericultura, gerando instabilidade na terra, redução da arrecadação de municípios produtores, desabastecimento, dependência de importações e aumento de custo de vida.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representada por todas as suas forças político-partidárias, respalda inteiramente as reivindicações do Estado e da agropecuária paranaense, conforme programa emergencial detalhado a seguir.

JUSTIFICATIVA:

Sem o apoio imediato à altura das suas reais necessidades, a agricultura paranaense verá 120 mil “bóias-frias” desempregados, e milhares de pequenos produtores perderão condições de continuar cultivando suas propriedades totalizando mais de 200 mil pessoas.

Desde sua colonização, o Estado do Paraná inscreveu-se na História como um dos mais fecundos e promissores dentre os Estados brasileiros, e ao longo do



tempo, consagrou-se como o maior produtor de grãos do país.

Em diversas oportunidades e por sucessivas décadas, o Paraná concorreu com os seus recursos para acudir as populações nordestinas assoladas pelas secas que esterilizam seu solo.

Neste ano 2000, entretanto, nosso Estado foi vitimado pelo mais rigoroso inverno dos últimos 40 anos, o qual, com intensas e repetidas geadas, comprometeu nossa safra e minou as perspectivas do labor no campo, justamente quando se esperava o crescimento do emprego formal na lavoura.

Não obstante a perseverança do povo paranaense, é mister que o governo federal, através dos seus ministérios, preste o socorro necessário para que o Estado do Paraná possa vencer as dificuldades de momento e socorrer o seu próprio povo, pois a crise no setor agropecuário atinge desde os grandes produtores até o mais humilde bóia-fria, gerando a desestruturação da propriedade rural, o recrudescimento dos movimentos radicais da terra e inchaço dos bolsões de miséria na periferia das cidades de maior porte.

Considerando-se que os cálculos efetuados pelos setores técnicos dão conta de um prejuízo superior a R\$1bilhão, e diante da insuficiência dos recursos que o governo federal anunciou como “socorro” ao Paraná, é que nós, deputados estaduais infra-assinados, apoiamos, respaldamos e ampliamos as reivindicações pelo setor agropecuário e pelo governo do Estado e que ainda não foram objeto de anúncio oficial de atendimento - notadamente as seguintes:

#### **Crédito para o pequeno produtor - R\$210 milhões.**

Tais recursos são fundamentais para os agricultores de pequeno porte, que formaram lavoura com recursos próprios, saldarem seus débitos inclusive junto a fornecedores em caráter de emergência para se manterem na atividade, sob risco de se desfazerem de suas propriedades, o que elevaria a concentração fundiária a níveis indesejáveis, causando outras distorções no meio rural. Tal parcela de agricultores, cerca de 70 mil famílias, incorpora 50% das perdas com as geadas de julho no Paraná e ainda não foi atendida.

#### **Recursos para formação de mudas de café de reposição das lavouras destruídas e fins correlatos - R\$50 milhões.**

Trata-se de promoção do estímulo ao replantio dos cafezais paranaenses, que vêm sendo cultivados sob a nova técnica do adensamento, fundamentais por permitirem a fixação do homem no campo, geração de divisas e estabilidade da pequena propriedade de base familiar. Leve-se em conta, ainda, que a cafeicultura no Paraná tem viabilidade, porque as grandes geadas ocorrem em ciclos alongados, permitindo a condução dessa lavoura desde que assistida e com tecnificação crescente.

#### **Fundo de aval e fundo de estabilidade do Proagro - R\$2 milhões.**

Os recursos estão sendo pleiteados para assegurar diluição de risco dos financiamentos contraídos e dinamização das indenizações conduzidas pelo sistema de seguro rural e do Programa de Garantia da Atividade Agrícola, levando em conta a conveniência de proteção aos produtores rurais reconhecida por todos os países.

#### **Recursos para o segmento sucro-alcooleiro - R\$80 milhões.**

O Paraná emprega direta ou indiretamente quase 600 mil trabalhadores na cadeia produtiva da cana-de-açúcar e com a antecipação do ciclo de colheita por força da queima das lavouras decorrente das geadas há o risco de desemprego em massa no setor, se não forem liberadas linhas de crédito a custos compatíveis com a emergência ora observada.

#### **Recurso de custeio e investimento na pecuária - R\$90 milhões.**

Tais linhas são necessárias para assegurar a manutenção dos rebanhos, renovação das pastagens e adoção de medidas de tecnificação para assegurar a continuidade das atividades pecuárias, inclusive rebanhos produtores de leite, no Estado do Paraná.

### **REQUERIMENTO Nº 1428**

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a esta Casa que seja oficiado a Sua Excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando providências das concessionárias das rodovias para construção e/ou conservação de acostamentos em toda a extensão, das estradas sujeitas à cobrança de pedágio, como medida de emergência, para melhorar a segurança dos usuários das mesmas.

Pela relevância do assunto, pede e espera aprovação de todos os Pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) HERMES FONSECA

#### **JUSTIFICATIVA:**

É dispensável discorrer sobre a insatisfação da maioria dos paranaenses com as concessionárias das rodovias, pela falta de investimentos nas estradas.

É inadmissível, por outro lado, que tais rodovias, em particular as de pista simples, que cobram pedágio e não têm sequer acostamento em muitos trechos e quando têm não os conservam (como exemplos, os trechos entre Castro e Jaguariaíva e o da Rodovia do Café no município de Ponta Grossa até o trevo para Reserva).

Em defesa da segurança do povo do Paraná, entendemos, como medida de urgência, a construção de acostamentos, em todas as estradas sujeitas à cobrança de tarifas de pedágio, em especial, as de pista simples.

**REQUERIMENTO Nº 1424**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Saúde, objetivando atender a solicitação de obtenção de recursos para aquisição de aparelhos de locomoção para pessoas portadoras de deficiência física e mental, que nos foi encaminhada pela Secretaria de Bem Estar Social e Ação Comunitária do município de Missal.

Para justificar o atendimento de tal solicitação anexamos o Ofício nº 070/2000, com data de 05 de junho, que nos foi enviado.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ADEMIR BIER

**REQUERIMENTO Nº 1425**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência com pedido de informações ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, com o seguinte teor:

a) Quantos contratos foram assinados, entre a Sedu e o Paraná Urbano, com cada um dos trezentos e noventa e nove município do Paraná, desde o dia 1º de janeiro de 1995, até a presente data?

b) Qual a data em que cada contrato foi firmado?

c) O valor de cada convênio?

d) Qual a atual capacidade de endividamento de cada um dos municípios do Paraná?

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O programa Paraná Urbano, tem se destacado como um instrumento de fomento para os municípios paranaenses. Porém, temos recebido reclamações quanto aos critérios utilizados para o repasse dos recursos. Como parte dos recursos são provenientes do Banco Mundial que notadamente tem sido criterioso para não ensejar injustiças, é prudente que nós deputados estaduais tomemos conhecimento das condições atuais do Paraná Urbano.

**REQUERIMENTO Nº 1437**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado pedido de informações a Secretaria de Estado dos Transportes, para que esclareça a esta Casa de Leis, sob responsabilidade de quem está sendo executado o serviço de desmatamento e para quem ficam as toras de madeira que estão sendo cortadas nas rodovias do Estado, a exem-

plo do que está ocorrendo às margens da BR-277 e outras.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

Como é de conhecimento público, já há algum tempo vem sendo cortadas as árvores que margeiam rodovias estaduais, como por exemplo, na BR-277, trecho que liga Curitiba a Campo Largo - Ponta Grossa, Francisco Beltrão - Capanema, e outras.

Essas toras, provenientes de árvores adultas, de determinado valor financeiro, ficam por algum tempo tombadas às margens das rodovias e posteriormente desaparecem dali.

A indagação deste parlamentar e, certamente da população, é quem está se beneficiando com a madeira proveniente dessas toras? Ficam com o governo do Estado, com o DER ou com as empresas concessionárias das rodovias?

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 246/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Hospital Regional de Cascavel, no Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde - SESA, em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como órgão suplementar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

Parágrafo Único - O Hospital Universitário do Oeste do Paraná reger-se-á por esta Lei e pelas disposições contidas no Estatuto da Unioeste, aprovado pelo Decreto Estadual nº 1378, de 19 de outubro de 1999.

Art. 2º - O Hospital Universitário do Oeste do Paraná terá por objetivos:

I - Integrar o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Estado, através da prestação de assistência médico-hospitalar à população, observada a legislação em vigor e normas relativas ao SUS;

II - Servir de campo de ensino e de treinamento para estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e das escolas superiores do Estado que tenham currículos relacionados com as ciências da saúde, observada a legislação em vigor;

III - Executar ações compatíveis com a sua finalidade, ou as que forem estabelecidas em Lei ou por decisão do Conselho de Administração da Instituição;

IV - Servir de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unioeste.

Art. 3º - A direção superior do Hospital Universitário do Oeste do Paraná será constituída, respectivamente, por:

I - Um Conselho de Administração, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e de controle; e

II - Uma diretoria.

Art. 4º - A organização administrativa complementar, as competências, as atribuições e o funcionamento do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como as competências e as atribuições específicas de cada diretor serão definidas no seu regimento.

Art. 5º - O patrimônio do Hospital Universitário do Oeste do Paraná será constituído:

I - pelos bens móveis e imóveis, bem como pelo acervo técnico e administrativo provindo do Hospital Regional de Cascavel, unidade integrante da SESA/ISEP, do qual o Hospital Universitário do Oeste do Paraná, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste torna-se, por esta Lei, sucessor;

II - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporado;

III - pelas doações, legados e heranças que receber, providas de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional.

Art. 6º - O Poder Executivo é autorizado a promover, no prazo de 120 dias, a contar da publicação desta Lei, a extinção do Hospital Regional de Cascavel, cujo patrimônio será repassado, por sucessão, ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná da Unioeste.

Parágrafo Único - Os recursos contidos na dotação orçamentária do Instituto de Saúde do Paraná destinada a atender o custeio do Hospital Regional de Cascavel, no corrente exercício, serão repassados mediante convênio, após a extinção deste, para atender as finalidades desta Lei.

Art. 7º - Para proceder a extinção do Hospital Regional de Cascavel, descrita no artigo anterior, será nomeado um inventariante que deverá, no prazo de 90 dias, contados a partir da publicação desta Lei, realizar o inventário dos bens móveis e imóveis e do acervo físico e documental do Hospital Regional de Cascavel.

Parágrafo Único - O inventariante será designado pelo secretário de Estado da Saúde e, durante o período de inventariação, representará o Hospital Regional de Cascavel ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Art. 8º - A Secretaria de Estado da Saúde, manterá lotado no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, sob

sua responsabilidade orçamentária e financeira, o quadro existente de servidores estatutários, regidos pela Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, até a extinção do aludido quadro, podendo remanejar os seus integrantes para outras unidades da administração pública estadual, mediante processo de realocação, observada a legislação em vigor.

Art. 9º - Fica criado, no quadro de pessoal da Unioeste, 430 vagas para a operacionalização do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Art. 10 - Fica a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste autorizada a realizar concurso público para a contratação de pessoal necessário para a manutenção das atividades do Hospital Universitário do Oeste, respeitando o Quadro de Vagas fixado por esta Lei.

Art. 11 - Fica o Poder executivo autorizado:

I - a abrir crédito adicional no valor de R\$ para ocorrer com as despesas de implantação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, observadas as normas estabelecidas pela Lei Federal 4.320, de março de 1964.

II - a tomar as demais providências organizacionais, administrativas e gerenciais indispensáveis ao processo de transformação do Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná da Unioeste, de que trata esta Lei, por meio de Decreto;

III - regulamentar a presente Lei por decreto, no que couber.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como Órgão suplementar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Esta medida visa integrar o sistema único de saúde, no âmbito do Estado, através da prestação de assistência médica hospitalar à população, como também servir de campo de ensino e de treinamento para estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e das escolas superiores do Estado que tenham currículos relacionados com as ciências da saúde.

O Hospital Universitário também executará ações compatíveis com a sua finalidade, além de servir de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unioeste.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres pares, para a aprovação do presente Projeto de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 247/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Educacional Itaqui, com sede e foro na cidade de Borda do Campo, município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional Itaqui, entidade educacional e assistencial, fundada em 03 de março de 1970, surgiu da Sociedade Beneditina Paranaense, organizada pelo Pe. Phelippe Leddet, em prol da promoção humana. A fundação em referência é uma entidade jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e com fins exclusivamente educativos, científicos e culturais, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, regida pelas normas do código civil brasileiro e pelo seu estatuto. Os diretores e conselheiros não são remunerados e não recebem qualquer retribuição da fundação, vedando-lhes qualquer participação nos lucros, resultados ou superávites.

#### PROJETO DE LEI Nº 248/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Bernardo, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária São Bernardo, entidade fundada em 03 de fevereiro de 1996, tem como finalidade principal o estudo dos problemas relativos a melhoria de adaptação do ambiente urbano às aspirações coletivas dos habitantes do bairro de Cascatinha e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 249/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Precivel - Previdência Privada da Celepar, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

A Precivel - Previdência Privada na Celepar tem por objetivo instituir e administrar planos previdenciais, com a finalidade de promover o bem estar social de seus participantes e dependentes, vinculados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, através da concessão de benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social Oficial.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 250/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Centro Comunitário São Judas Tadeu, Creche Irmã Marta, localizada no município de Paranaguá, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Comunitário São Judas Tadeu, sociedade jurídica sem fins lucrativos, localizada à Rua Guatemala, s/n, município de Paranaguá, tem por finalidade prestar assistência aos necessitados, no sentido de caridade cristã.

Por não possuir fins lucrativos nem fonte de rendas, o Centro Comunitário sobrevive graças ao auxílio de sócios, contribuições da comunidade e doações, além de campanhas sociais efetuadas pelos moradores, em benefício dos que ali são socorridos.

Atendendo crianças carentes, a instituição tem realizado diversas atividades com a finalidade de alavancar recursos, já que as dificuldades são enormes.

Pelo importante trabalho desenvolvido, comprovada pela documentação acostada, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da instituição.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Moysés Leônidas.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados.

Já há algum tempo, trouxemos aqui a preocupação com a questão do IML - Instituto Médico Legal, da cidade de Londrina.

Londrina é uma cidade pólo, que atende as necessidades de toda uma região e o IML tem sido, já no decorrer de várias décadas esquecido por parte das autoridades que deveriam estar dando a devida atenção. Não temos hoje aparelhagem nenhuma para o dia-a-dia do IML de Londrina. Há poucos dias vi uma cena terrível: um cidadão de São Paulo visitou a nossa cidade e que ficou encantado e comprou uma chácara de lazer. Como informaram para ele que cultivar as abelhas, apicultura era uma atividade interessante, ele, fascinado por essa arte, acabou colocando lá alguns caixões daqueles para a manutenção das abelhas e, sem nenhum preparo técnico e experiência, foi atacado pelas abelhas. Acabou perecendo, perdendo a vida.

Pois bem, para fazer a liberação desse corpo, foi um parto a parte, que foi preciso intervenção, só não entrou o arcebispo. Porque não tinha a devida aparelhagem para o Instituto Médico Legal.

Já chegamos a um período em que as geladeiras do Instituto Médico Legal não funcionavam e os cadáveres, quando precisavam passar por lá e ficar por algumas horas - às vezes por dias - acabavam em estado de putrefação, porque a geladeira não funciona. Os médicos legistas, no dia que têm bisturis, não têm luvas. A ambulância, no dia que tem gasolina, não tem pneus.

Então, quero deixar consignado aqui que estamos passando a preocupação para o ex-deputado e secretário de Segurança, José Tavares, pedindo uma ajuda, uma atenção, até porque também ele é de Londrina e teve a sua base toda lá. Agora na quarta-feira, com satisfação o secretário acabou de me informar que está também levando um aparato para a segurança da cidade de Londrina, que é uma cidade que acorda e dorme com medo. É muito comum as mães - que recebo através do meu programa de televisão diversas cartas - que não dormem enquanto os filhos não chegam do trabalho ou não chegam da escola.

Só trocar o delegado de Londrina não adianta, o efetivo da polícia tem que ser aumentado. A quantidade de assaltos que têm acontecido em Londrina a luz do dia, se não fosse trágico, seria cômico. Porque eles estão assaltando os velhos nos pontos de ônibus, os jovens que estão saindo da escola. Estão tomando forçosamente dinheiro - e com armas pesadas - porque não temos efetivo do policiamento de Londrina.

Estivemos lá para inaugurar uma nova cadeia, fruto de muita discussão, de muitos anos, inclusive de reivindicação. Só que o governo já está terminando a obra, mas não tem o concurso do pessoal do efetivo, do pessoal administrativo e do policial para fazer o trabalho. Corre-se do risco de inaugurar o prédio que ficou bonito e atende a demanda, mas não vai ter efetivo para trabal-

har e o prédio vai ficar fechado. Queria deixar consignado o desprendimento do secretário Tavares que tem nos atendido e vou na quarta-feira, com ele, para fazer a entrega desse material para a Polícia Civil de Londrina, mas temos que deixar consignado o descaso para com o IML, porque um cidadão, quando chega para uma necrópsia, está morto, mas a família está ferida por dentro. Essa atenção é que precisamos dar, porque a pessoa que perdeu a vida, às vezes precocemente, num acidente - e, para se ter uma idéia, quando alguém morre queimado em Londrina, e isso aconteceu há poucos dias, aconteceu lá numa indústria, não tem aparelhagem para fazer autópsia em quem foi queimado.

Ora, mas é a segunda cidade do Estado! Então, quero deixar essa preocupação e está comemorando um ano que eu trouxe esse problema para cá e parece que o ex-deputado se empenhou e vou levá-lo pessoalmente para ver porque pelo menos na hora da morte, o londrinense ou alguém do norte do Paraná precisa ter a complacência e o reconhecimento do Estado.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao deputado Antonio Baratter.

#### O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor presidente, a grande imprensa tem dado destaque à posição do Vaticano a respeito da camisinha. Aqui no Brasil tem um sacerdote que passou lá pela minha cidade de Cascavel, chamado Padre Valeriano e ele, há 16 anos, através de suas pregações, deliberadamente defende o uso da camisinha.

A Folha de São Paulo dias atrás, na coluna "Tendências e Debates" perguntou se a Igreja Católica deveria censurar o Padre Valeriano por distribuir entre seus fiéis, o preservativo. O Monsenhor Estevão Bittencourt, contrário à atitude do Padre Valeriano, usa os seguintes argumentos:

"A liberação da camisinha e a distribuição de preservativos são falsas soluções para o problema da AIDS. Com efeito, a legitimação da camisinha sugere que é válido o relacionamento sexual livre contanto que se tomem as providências necessárias para evitar as funestas conseqüências que daí possam resultar. Pode-se comparar essa prática ao caso de quem ensina o pivete a roubar sem ser preso em flagrante. O fato de que o roubo parece um fato consumado levaria as autoridades a legitimá-lo com um mínimo de danos para o ladrão. Entre as conseqüências da libertinagem sexual, vemos crescer o número de adolescentes grávidas que apelam para o aborto ou se tornam mães solteiras.

O sexualismo que afeta muitos lares e escolares quer fazer crer que a abstinência sexual faz mal à saúde física ou psíquica, quando na verdade, abalisados profissionais da Medicina nela vêem fator de saúde e vigor".

Nesse mesmo espaço de “Tendências e Debates” uma outra pessoa faz a argumentação, mostrando uma necessidade social dizendo que a questão ética, moral ou religiosa não pode se contrapor à vida.

Recebi via e-Mail um documento onde o padre faz um vídeo para defender a camisinha, diz o seguinte:

“O silêncio é uma prece”. Quem visita pela primeira vez a sacristia da Igreja Nossa Senhora de Fátima, no Imirim (zona norte de São Paulo), dificilmente fica alheio à frase de tom proverbial, inscrita em uma pequena placa. Mas para os fiéis que já conhecem o responsável por aquela paróquia, o ensinamento soa quase como ironia.

Todos ali sabem que padre Valeriano Paitoni não é homem de silêncios. Há 16 anos, o sacerdote se opõe às orientações do papa sobre o uso de preservativos. Enquanto a Santa Sé condena a camisinha, padre Valeriano a recomenda e distribui.

Não vê melhor saída diante da proliferação do HIV. Na esperança de disseminar suas convicções, está lançando o vídeo “Em Defesa da Vida... São Outros 500”. Ele mesmo o concebeu e dirigiu, com recursos do Ministério da Saúde (R\$ 20 mil).

A fita dura 16 minutos. É uma espécie de manifesto, que se apóia em uma tese principal: se hoje a Igreja Católica pede perdão pelos erros cometidos contra negros e índios, futuramente terá de fazê-lo por não aceitar a camisinha no combate a AIDS. O vídeo oferece números sobre a doença e tenta demonstrar como os preservativos vêm contribuindo para detê-la.

Um narrador informa que, de acordo com Banco Mundial, “o trabalho de prevenção realizado no Brasil durante os últimos quatro anos evitou 38 mil novos casos de infecção pelo vírus HIV” - resultado que deriva também do “aumento de quase 500%” na venda de camisinha.

Em alguns trechos, é o próprio padre Valeriano quem se pronuncia. “Como igreja”, afirma, “não recebemos a missão de destruir a vida, mas defendê-la na sua plenitude. Partindo desse princípio, precisamos rever com coragem nossas posições e dar uma resposta de vida, não de morte; uma resposta de inclusão e não exclusões”.

Vim aqui nessa Tribuna, hoje, senhor presidente, para me solidarizar com o padre Valeriano que sofre muitos ataques. Primeiramente pela Instituição Igreja Católica por parte do Vaticano e aqui no Brasil a CNBB, alguns membros da CNBB se calam, outros dizem que é o mal menor e outros tantos, a maioria, também condena o Padre Valeriano.

É nesse sentido, senhor presidente, que faço uso da palavra porque acredito ser inconcebível - do ponto de vista ético, social, moral e religioso concordar com que o Vaticano tome essa posição de contrariar o uso da camisinha. Para repetir: questões éticas, morais ou religiosas não podem se sobrepor à vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados. Vai ser votado um projeto - nesta tarde, que, durante 4 anos, já vai para 20 anos de vida parlamentar lutei por esse projeto.

Estive em São Paulo e fui conhecer pessoalmente a Delegacia de Amparo ao Idoso. Essa delegacia tem o amparo legal do governo do Estado de São Paulo, tem o amparo legal de uma Psicóloga, tem o amparo legal de uma Assistente Social, tem o amparo legal do Ministério Público, tem o amparo legal da Ordem dos Advogados do Brasil. Durante anos lutei com esse projeto e disseram que não havia verbas suficientes para colocá-lo em pauta. Não era um projeto autorizatório, queria um projeto que o governador, realmente, colocasse em prática. Desde a primeira legislatura do governador Álvaro Dias, o senador Roberto Requião analisou meu projeto, naquela época, e achou de fundamental importância. O governador Jaime Lerner fez uma avaliação desse projeto e achou de fundamental importância, de instalar essas delegacias de proteção ao idoso nas principais cidades da nossa microrregião. Por exemplo: teríamos uma em Curitiba, uma em Ponta Grossa, uma em União da Vitória, teríamos uma em Londrina, uma em Maringá, uma em Cascavel, uma em Foz do Iguaçu, uma em Cornélio Procopio, uma em Paranavaí e assim por diante.

E o deputado Tiago Amorim entrou com o mesmo projeto. Eu retirei o meu. Só que eu gostaria de deixar a essa Casa, que esse projeto é meu e do deputado Tiago Amorim. Não consta na Ordem do Dia o meu nome, mas conta no projeto que está na mesa da diretoria, onde vai ser votado nesta tarde. É um projeto que eu lutei a vida inteira, desde eleito vereador em Londrina sempre lutei para que o idoso tivesse um tratamento diferenciado, como a delegacia de amparo ao idoso, como luto ainda, como entro essa semana ainda, que temos que ter uma delegacia especializada para o jovem dependente de drogas. É uma luta que não é só minha é do deputado Carlos Simões, é uma luta do deputado Ricardo Chab. Quer dizer, o viciado necessita de tratamento, e o traficante necessita de cadeia. Essa que é a realidade. Não existe traficante bom. Traficante bom é traficante morto! Por isso, que sou contra a criação de novas penitenciárias. A melhor penitenciária para o traficante, para o bandido é o cemitério.

E como eu acho necessário também, discutia eu com o deputado Luiz Accorsi, eu dei as minhas idéias. Nós temos que levar essa cartilha a todos os hotéis, a todos os estabelecimentos comerciais, a todas as Prefeituras, todas as Câmaras Municipais, a todos os bairros, a todos os presidentes de Associações. O deputado Accorsi, tanto eu, como o deputado Antônio Carlos Belinati, como todos que fazem parte desta Comissão que apura irregularidades no sistema de

medicamentos, nós queremos saber a farmácia que vende caro, queremos saber da farmácia que vende barato, para acabar com essa distorção de preços. O trabalhador às vezes precisa comprar um medicamento, vai numa farmácia, custa 20 reais, vai em outra, custa 15 reais, vai em outra custa 12 reais.

Então, quero deixar registrado e dar os meus parabéns ao deputado Luiz Accorsi, numa reunião que mantivemos, eu, ele, deputado Antônio Carlos e tantos outros senhores deputados, deputado Edno, deputado Carlos Simões, tantos outros deputados, nós queremos que essa cartilha seja um grito de alerta à família brasileira de todo o Estado do Paraná. Não adianta distribuir essa cartilha apenas em Curitiba, temos que distribuir em todas as cidades do Paraná, a todas as cidades do Estado do Paraná essa cartilha tem que ser levada.

E outra coisa que eu discutia também com o deputado Geraldo Cartário, através dessa Comissão que apura o cartel de supermercados, é importante que se crie no Paraná o Mercado Popular. Esse Mercado também o deputado Cartário acha ele conveniente e está dentro da proposta do senhor governador Jaime Lerner. Se não me falha a memória no governo Álvaro Dias, o senador Osmar Dias colocou em prática esse mercado, foi muito bem aceito. Depois desapareceu. E o governador Jaime Lerner dizia que esse mercado é de fundamental importância para todos os municípios do Estado do Paraná, pode ser dentro de um ônibus, pode ser alugada uma casa. E nesse mercado a família humilde teria condições de comprar produtos como hortigranjeiros, enfim, qualquer tipo de produto de alimentação por menores preços. Isso com o apoio do governo do Estado do Paraná e com o apoio da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná. São idéias.

Mas, o que eu preciso hoje é que os senhores aprovelem esse projeto que cria a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso no Estado do Paraná. É um sonho que venho sonhando e o meu sonho não vai acabar, mesmo que ele seja vetado vou lutar para que se derrube o veto e acho que o idoso tem o direito de ter uma delegacia especializada no Estado, tem o direito de ter sua assistente social, sua psicóloga, o Ministério Público, um advogado da OAB porque o idoso já foi jovem, deu sua vida pelo campo, pela cidade, deu sua vida pelo Estado do Paraná e tenho certeza que o governador Jaime Lerner haverá de aprovar, de sancionar esse projeto dos deputados Alborghetti e Novaes, para que ele seja colocado em prática no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu disse aqui, na terça-feira, que temos assuntos variados e importantes para serem questionados neste período legislativo que iniciou-se no dia 01/08.

E, um assunto que tem produzido uma grande discussão no Paraná, é em relação à Secretaria do Meio Ambiente do nosso Estado, conduzida pelo secretário Hitoshi Nakamura.

Não fosse o problema do canal da barragem em Foz do Iguaçu aonde o Tribunal de Contas do Paraná denuncia um superfaturamento da obra, uma obra, segundo dados do Tribunal de Contas, superfaturadas; não fosse o Portal de Foz do Iguaçu, uma outra obra paralisada e, segundo dados do Tribunal de Contas, superfaturado, não fossem outros projetos mal explicados, senhor presidente, nós ainda teríamos que abordar o desastre do derramamento de 4 milhões de litros de óleo cru no Rio Iguaçu.

E, o mais estranho é que o secretário Hitoshi Nakamura que por vezes é faceiro e procura se expor, neste episódio, escondeu-se, calou-se e fugiu por completo de se explicar em relação a este desastre que assolou o Rio Iguaçu e o Paraná.

Foram 4 milhões de litros de óleo derramados, 4 milhões que a Petrobrás disse, segundo versão da Petrobrás foram 4 milhões, mas poderia ter ocorrido o vazamento de 5, 6, 7, 8 milhões de litros de óleo.

Mas, o que mais estareceu o povo do Paraná, se não fosse só o derramamento de óleo que, por si só, é uma tragédia, um crime inafiançável, um crime que poderia suscitar a punição rigorosa de todos os culpados e, segundo declarações do ministro do Meio Ambiente Sarney Filho, a culpa é do governo do Paraná porque a responsabilidade da fiscalização é do governo do Estado. Se o governo do Paraná através da Secretaria do Meio Ambiente, através do IAP, não desenvolveu as gestões necessárias para fiscalização do derramamento, para fiscalização dos equipamentos da Petrobrás. A culpa também é do governo do Paraná e não só da Petrobrás.

Mas, senhor presidente, este fato por si só já indica que a Secretaria do Meio Ambiente do governo Jaime Lerner está comandada de forma ineficiente, de forma fraca, de forma absolutamente despreparada. Agora, quando os operários colocam as barreiras do Rio Iguaçu para impedir que o óleo se esparramasse por toda sua extensão, o que é que o povo do Paraná percebeu? Que a capital ecológica não é tão ecológica como se prenuncia e como se anuncia através da imprensa. São dois milhões e meio de esgoto, 2 milhões e meio de litros de esgoto esgotados no Rio Iguaçu...

**(Ocupa horário destinado à Liderança do PMDB).**

São dois milhões e meio de litros de esgoto jogados pela capital ecológica, cantada em versos e prosas, no pobre Rio Iguaçu. Além do esgoto, vidros, garrafas, plásticos, e tudo que for podre é jogado no Rio Iguaçu. Pobre Rio Iguaçu, que tem como uma de suas melhores características a sua nascente aqui na capital do Paraná e a

sua foz lá na outra extremidade, lá no outro final do nosso Estado, na divisa com o Paraguai. Este Rio Iguaçu, que infelizmente é mal tratado, é surrado, esmelinguido, por falta de capacidade administrativa, por falta de empenho e de outras atitudes que não salvassem só o Rio Iguaçu, mas que efetivamente determinasse um governo comprometido não só com a ecologia, comprometido com a vida, com a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Por isso, senhor presidente, temos que colocar o pingo no i. De quem é a culpa pela destruição não só do Rio Iguaçu, de quem é a culpa pela poluição dos mananciais do nosso Estado, de quem é a culpa pela derramamento de 2 e meio milhões de litros de esgoto no Rio Belém, no Rio Iguaçu e nos demais rios que cortam nossa capital. É do governador Jaime Lerner? É do prefeito Cássio Taniguchi?

#### **O Sr. Marcos Isfer**

Não, é do governador Roberto Requião que não deu recursos para o saneamento no Paraná.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Deputado Marcos Isfer, deve ter o respeito necessário para um colega seu que está usando da palavra, Vossa Excelência não é acostumado com o debate, vou lhe dar o aparte. Mas, Vossa Excelência me respeite.

Por isso, senhor presidente, a indignação do povo do Paraná fica ostentada com a falta de preparo de um governo, de pessoas que governam a Prefeitura e governam este Estado, em relação a esta tragédia que se abate, não só que se abateu sobre o nosso querido e velho rio Iguaçu, mas que se abate todos os dias, com o derramamento do lixo de esgoto e de tudo que é porcaria que se pensar, joga-se nas margens das águas embarradas do nosso velho e querido Rio Iguaçu.

Concedo aparte ao Deputado Marcos Isfer.

#### **O Sr. Marcos Isfer**

Agradeço o aparte deputado Nereu, e gosto muito do debate e com este meu retorno a esta Casa vamos ter oportunidade de debater muitas vezes, principalmente quando eu escuto Vossa Excelência fazer colocações sobre de quem é a culpa do nosso pobre Rio Iguaçu estar desta forma - é do senador Roberto Requião, são dos senadores paranaenses que seguraram durante dois anos, recursos para que Curitiba pudesse ter 100% de saneamento como agora está tendo.

A culpa, sem sombra de dúvida, é daqueles que não tiveram o cuidado de cuidar dos nossos mananciais e irresponsavelmente ocuparam colocando pessoas para lá morarem em locais que não são próprios para moradia e tão pouco são próprios para sobrevivência da cidade.

A culpa, deputado, é da desinformação de algumas pessoas que não sabem que o governo federal ainda hoje já depositou os 40 milhões que foi multado pelo Estado

do Paraná com relação ao derramamento havido na Petrobrás.

Então, o estado do Paraná tem sim um cuidado ecológico, Curitiba tem sim um cuidado ecológico. Agora, é preciso que pessoas que lá estão representando este Estado no cenário federal se somem ao Paraná e não estejam apenas dividindo.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Agradeço o aparte, mas este discurso é velho e enferrujado, deputado Marcos Isfer, Vossa Excelência governa Curitiba por mais de uma década, doze anos de governo, três mandatos, três mandatos de governo e agora é fácil jogar a culpa nas costas dos outros. É um discurso velho, enferrujado e encardido. Um governo que se preza não joga a culpa nos outros - resolve, resolve os problemas e não encara com esta desculpa esfarrapada de que a culpa é do fulano, é do beltrano.

Ora, senhor presidente, como é fácil de refutar uma desculpa dessa, uma desculpa dessa, um pronunciamento desses.

Há doze anos Curitiba é governada pelo mesmo grupo que aí está. E o que se vê? quais são as atitudes? Não precisava a Petrobrás ter derramado 4 milhões de óleo cru para nós curitibanos, paranaenses percebermos o alto grau de destruição dos mananciais, a falta de responsabilidade do governo para com o meio ambiente, para com a qualidade de vida da nossa população para nós temos certeza clara de que o discurso que vemos na televisão, é diferente da realidade que nós assistimos. Não precisava senhor presidente, o povo do Paraná, o povo de Curitiba também tem clara esta evidência.

#### **O Sr. Irineu Colombo**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Nereu Moura, eu acho que seria de bom grado para o Paraná, nós que moramos no oeste, sudoeste, e que nós já tivemos oportunidade de andar por aquele Rio Iguaçu e a gente imagina que, imaginava pela propaganda que se faz, inclusive com aquela folhinha no "A" do Paraná que a nossa Curitiba tivesse um programa de habitação para aliviar a ocupação da região mais próxima do rio. Nós imaginávamos que Curitiba tivesse uma opção clara pelos cuidados técnicos como também pela educação das pessoas que moram ou tem indústrias próximas aos rios. Nós achávamos que também Curitiba tinha um programa ecológico, mas na verdade Curitiba tem para preocupação do Paraná, Paraná que corre para o lado que o rio corre, Curitiba tem um marketing ecológico, não tem política de meio ambiente.

Então, seria de bom grado para nós que moramos naquela região atingida pelo Rio Iguaçu que os candidatos ora colocados, todos os candidatos tivessem um programa para Curitiba que fosse semeado para a região metropolitana para cuidar do Rio Iguaçu. Não é como o senhor governador Jaime lerner foi para a televisão e



enfrentando a Petrobrás que há um mês tinha pedido antecipação de ICMS, enfrentando a Petrobrás, tendo uma oportunidade rara de aparecer na televisão, exigiu que a Petrobrás tomasse uma posição firme para limpar o Rio Iguaçu. E agora que os ecologistas foram para lá para ver as associações de meio ambiente, os estudantes, pessoas das Universidades por exemplo do Rio de Janeiro que estão aqui fazendo pesquisas agora, viram os estragos do petróleo, descobriram que o estrago dos resíduos industriais de esgoto que a Sanepar cobra para cuidar, que é, a Sanepar é do governo do Estado, é administrado por esse governo, apesar que um grupo francês está tomando conta, esse esgoto vai para o Rio Iguaçu.

Então, cai a máscara do governo do Estado, a partir de hoje seria recomendado: primeiro, que os candidatos a Prefeito de Curitiba, colocassem na agenda um programa de meio ambiente para Curitiba, porque não tem, o que tem é marketing ecológico; segundo, que o governador do Paraná começasse a fazer o desenho daquela folhinha em cima do "A" com colorido diferente porque não representa a realidade do Paraná.

#### O SR. NEREU MOURA

Agradeço e concludo, senhor presidente, dizendo que a preocupação básica nossa não é em relação às ruas e os rios que cortam Curitiba tão somente, porque isso está afeto a atribuição da Prefeitura de Curitiba, nos preocupa como um todo a situação do Paraná. E o objetivo do nosso pronunciamento aqui é chamar a responsabilidade do Secretário do Meio Ambiente, Itoshi Nakamura.

A Assembléia Legislativa não pode ficar vendo o circo pegar fogo, não pode assistir calada, e nós temos que fazer aqui a nossa parte buscando cobrar a responsabilidade de quem é a culpa pelo, não só pelo desastre no derramamento de óleo no Rio Iguaçu, mas pela matança do Rio Iguaçu, pela morte do Rio Iguaçu, julgada e determinada naturalmente com os olhos fechados das pessoas que hoje governam o nosso Estado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PL. Com a palavra a deputada Serafina Carrilho.

#### A SRA. SERAFINA CARRILHO

Senhor presidente, nobres deputados desta Casa da Leis. Ocupo a Tribuna nesta tarde para falar de um assunto muito importante. Pensei muito para escrever esse discurso.

(Lê):

"Senhor presidente, nobres deputados desta Casa de Leis.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para falar de um assunto muito importante. Pensei muito para escrever este discurso, e quando escrevi imaginei todos os amigos deputados prestando atenção. Porque este Plenário - é uma sala de aula - e a gente aprende muito aqui - é como numa sala de aula, precisamos com respeito e prestar

muita atenção como eu faço em todas as sessões nesta Casa, com todos os pronunciamentos dos amigos deputados. Dediquei a minha vida inteira a fazer o bem para as pessoas pobres - principalmente pessoas doentes - foram dezenas e dezenas de anos - senhores deputados - oferecidos aos meus semelhantes sem querer nada em troca - sempre estive disposta - a qualquer hora do dia ou da noite - para salvar uma criancinha doente - um velho com dor - confortando os choques do câncer - dando esperança - arrumando cobertores no frio - pedindo remédios - entrando nas favelas - encarando a todos aqueles pobrezinhos - todos eles como meus filhos - e nunca deixando de esperança na vida - esperança no futuro - esperança para a cura da dor. E prestem bem atenção meus amigos desta Assembléia. Sempre fiz isto sem pensar em política, sempre encarei como sendo meu trabalho, minha missão nesta Terra. Sempre me orgulhei do imenso amor que Deus me deu para compartilhar com as pessoas que necessitam de amor.

Meus amigos deputados - com todo o respeito, nesta vida já vi tanta dor, que nenhum de vocês pode imaginar, nenhum de vocês pode avaliar, e se algum de vocês tivesse visto o que eu vi - e feito o que eu fiz por doentes - talvez não tivessem forças para estar aqui hoje e fazer este pronunciamento. Já carreguei tantas crianças nestes velhos braços - já andei por tantas favelas com estas pernas sempre sem perguntar nomes - e muito menos números de títulos eleitorais. Quem me conhece, sabe de onde vim e para onde eu vou nunca me escondo - sempre me encontram - e eu sempre tenho um sorriso para dar. Pois bem - nobres parlamentares, nos últimos dias tentaram tirar meu sorriso, e pela primeira vez, depois de tantos anos de trabalho aliviando a dor dos outros, passei eu a ter a dor - e talvez uma dor - uma ferida - que na realidade não cicatrize - mas ensina muito. Estou procurando o remédio para esta dor - será que Vossas Excelências, os meus amigos deputados tem o remédio para minha dor. E estou falando na dor da calúnia que nas últimas semanas tenho sofrido.

Indiquei o diretor da 15ª Regional de Saúde de Maringá - pessoa até hoje de minha confiança. Depois que ele assumiu o cargo - percebeu algumas irregularidades feitas por alguns servidores daquele órgão. Após algum tempo ele me informou sobre estes servidores que possivelmente estavam cometendo falhas - e comunicou o fato ao secretário de Saúde e a esta deputada. Quando soube dos fatos - eu imediatamente levei ao conhecimento do líder do Governo deputado Rossoni e do chefe da Casa Civil. O líder do Governo - o Rossoni também tratou de levar o assunto para diante. Portanto fui eu quem fiz as denúncias contra estes servidores. Eu sou a denunciante - e não a denunciada.

Um dos servidores, segundo dizem estava trabalhando para uma candidata a vereadora, segundo dizem - eu não sei. Estes servidores queriam derrubar o diretor da 15ª Regional de Saúde que indiquei, e começaram a trabalhar para isto acontecer. É uma destas servidoras,

aquela que dizem estar trabalhando para uma candidata a vereadora - disse que eu era a chefe do esquema de corrupção no SUS. E levou isto ao nobre deputado Rosinha.

Presidente, além de jornais dizerem que sou acusada de chefe de esquema, uma rádio noticiou no município de Colorado que eu já estava presa, na cadeia, algumas pessoas já estavam me perguntando quando eu iria depor na CPI. Que injustiça! Política não deveria ser assim.

Senhor líder do Governo - muito obrigado - pois não precisei pressioná-lo pedindo várias vezes providências neste caso - o senhor tomou atitude por si só, entendeu a situação, e me ajudou a amenizar a calúnia. Por favor - trate de pressionar o senhor Secretário de Saúde para que esta sindicância que foi aberta conclua logo os trabalhos e responsabilize todos os envolvidos, e demonstre que eu nada tenho a haver com esta história.

Deputado Baratter obrigado, deputado Renato Gaúcho obrigado, Pastor Edson obrigado, deputado federal Pastor Oliveira obrigado, obrigado a todos que indignados manifestaram solidariedade, não imaginei que tinha tantos amigos, até meus opositores políticos ligaram para mim - se dizendo indignados pela interpretação errada dada por alguns órgãos da imprensa.

Quem tem amigos não precisa se defender da calúnia, os amigos promovem a devida retratação, retratação que já está sendo solicitada judicialmente contra todos os que se aproveitaram da calúnia. Logo um jornal - O Diário de Maringá estampou em letras garrafais, deputada Serafina acusada de chefiar esquema de corrupção no SUS. A dor da calúnia - não é como a dor do câncer que corrói a carne. A dor da calúnia, da difamação - corrói a alma - toda a vez que eu ver uma cicatriz, me lembrarei da cicatriz que a calúnia faz na alma das pessoas. Nobre deputado Doutor Rosinha - meu filho as cicatrizes que carrego em meu corpo - quando abro os olhos eu encherço - a cicatriz da calúnia eu só encherço quando fecho os olhos. O uso do jornal - a calúnia aconteceu logo após eu ter mudado de partido e deixado de apoiar alguns políticos - estranho isso - não é.

Senhor presidente - amigo Nelson Justus, quero agradecer por ter determinado que um advogado imediatamente fosse a Maringá para me defender - obrigado pelo apoio - o senhor precisa estruturar esta Assembléia Legislativa, o senhor ainda é uma esperança para esta Casa, nós deputados, somos alvo de qualquer um, mancham nossos nomes e depois para resolver o mau entendido, demora muito tempo. Quando agridem injustamente um membro deste Parlamento agridem a todos os deputados, agridem ao Parlamento, não é assim presidente.

Alguns sabem o que é a calúnia, pois já sofreram, não é verdade amigo deputado Hermas Brandão, não é verdade amigo deputado Hermas Brandão, não é verdade amigo deputado Algaci Tulio, não é verdade deputado Doutor Rosinha, não é verdade deputado Alborghetti, não

é verdade deputado Braz Palmas, eu não culpo a imprensa, culpo os termos usados para uma mulher que tanto se dedicou aos carentes.

Não se deve esperar um reconhecimento da imprensa, quando se salva uma criança doente, a noite numa favela, a imprensa não está lá para ver, e se estivesse não deveria noticiar, pois quem ajuda, ajuda sem esperar reconhecimentos.

No livro de Salmos capítulo 56 versículo 11 diz: "em Deus ponho a minha confiança e nada temerei".

Era só senhor presidente.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Me permite um aparte?

**(Assentimento)**

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputada Serafina, compreendo a sua indignação, porque se há injustiça, esta está acontecendo com Vossa Excelência, porque, bem antes de vir a público as supostas irregularidades que estão sendo cometidas no Núcleo de Saúde de Maringá, quem trouxe estas denúncias foi Vossa Excelência e o chefe do Núcleo de Saúde de Maringá.

Não entendi que houve esta distorção da situação. Quando abri os jornais na última quinta-feira, fiquei estarecido, porque a senhora tinha estado na Liderança do Governo, tinha estado com o chefe da Casa Civil, exigindo medidas para que lá não existisse corrupção, de repente vejo nos meios de comunicação, que a deputada Serafina esta sob investigação.

Quem trouxe a denúncia à Liderança do Governo, ao chefe da Casa Civil, ao secretário da Saúde, foi Vossa Excelência. Eu disse isso aqui, na última quinta-feira.

As manchetes dos jornais é que me causaram espanto, pois envolveram Vossa Excelência em algo que a senhora queria que fosse apurado.

Quero deixar claro aos deputados, à imprensa, ao povo de Maringá e ao povo do Paraná, da vontade e da determinação de Vossa Excelência em apurar as irregularidades trazidas pela senhora. Então jamais, em nenhum momento, por determinação do Chefe da Casa Civil, devido a senhora ter trazido essas denúncias é que foi determinada a sindicância no Núcleo de Saúde de Maringá.

Como que alguém que vem e traz as denúncias, de repente se torna a acusada da situação. Lamento isso ter ocorrido, mas observei que os jornais depois dos nossos pronunciamentos, dos posicionamentos tomados aqui na última quinta-feira, quando a senhora não estava em Plenário, estava em Maringá. Vi no posicionamento de todos os jornais, que eles entenderam os esclarecimentos que fizemos aqui quanto a esta questão. A senhora tenha certeza que tem a nossa solidariedade, tem o nosso apoio e a senhora não precisa se preocupar, porque conhecemos as pessoas no decorrer do tempo. A senhora está aqui há dois anos, temos aprendido a reconhecer o seu trabalho, a respeitá-la pelas suas atitudes e pela forma que a senhora

se conduz neste Parlamento. Não vai ser uma notícia distorcida ou mal-entendida, que vai manchar a sua vida pública. A verdade vai prosperar.

No término da sindicância, determinada pelo secretário da Saúde, certamente teremos o prazer, até darei a preferência para a senhora, para que faça a leitura da sindicância e os senhores parlamentares e a opinião pública terão conhecimento de quem são os verdadeiros culpados das irregularidades que estão acontecendo no Núcleo de Saúde.

Então, que fique aqui claro de uma vez por todas, que quem trouxe as denúncias do Núcleo de Saúde de Maringá foi a senhora. As medidas que foram tomadas para que lá fosse instalado uma sindicância, também foi devido as suas atitudes.

Fique tranqüila, que certamente a senhora tem o respeito do Líder do Governo, do governador, do secretário de Saúde e não lhe faltará apoio certamente, porque quem está do lado da verdade não precisa temer.

Agradeço o aparte.

#### **O Sr. Luiz Carlos Zuk**

Vossa Excelência me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Entendemos perfeitamente bem o que a senhora quis dizer no início da sua locução. Mesmo que venha a sindicância mostrar a verdade que está do seu lado, como sabemos, nada mais apaga essa mancha pela qual alguns irresponsáveis fazem contra os homens públicos, sejam eles vereadores, prefeitos, deputados e cargos outros desta Nação.

Sei perfeitamente bem o que a sua pessoa passou no casamento da sua filha! Sei, quando aqueles convidados, parentes, amigos, ali se encontravam, a dor na alma que a senhora sentia, por irresponsabilidade daqueles poucos que infelizmente convivem no nosso meio. O nosso bom Pai, que é Deus, que a senhora e eu acreditamos, ainda nos deu a perseverança do propósito e de termos na Mesa Executiva, pessoas iguais ao Nelson Justus e ao Hermas Brandão, que na hora delicada, na hora que se necessita da mão amiga, lá esteve presente a Comissão Executiva desta Casa, representada por um jurista que ali compareceu para dar o testemunho dos 53 colegas seus deste Parlamento que estávamos do seu lado, mas quando pegamos um travesseiro de pena e jogamos todas elas ao sabor da natureza, acompanhado pelo vento, difícil é recolher cada pena dessa, inclusive aquela que Vossa Excelência disse que até presa já estaria.

A difamação, a calúnia, a injúria correm rápido. É uma velocidade extraordinária. A maldade humana é ilimitada, mas a bondade e principalmente o que Vossa Excelência sempre fez nada vida - que é a caridade - essa não é mostrada a ninguém, mas tenha certeza que não é só esse relatório dessa sindicância, é a presença no seu coração, nas suas ações, naquele outro julgamento, onde não tem testemunha, não tem relatório, mas os atos praticados, os que fazemos é o que valem. A sua pessoa com

aquele bom Pai que está do seu lado, e nós também nos somamos a Ele.

Obrigado.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputada Serafina, sem querer entrar no mérito desta questão, porque Vossa Excelência já relatou da tribuna que a Secretaria da Saúde mandou fazer uma auditoria, quero, em nome do PMDB, me solidarizar com Vossa Excelência.

Vossa Excelência soube deste o início do mandato aqui nesta Casa, cativar a amizade de todos os parlamentares que compõem este Poder. Sempre se comportou de forma extraordinária e por isso, no momento em que tomamos conhecimento desta denúncia, imediatamente não acreditamos e esperávamos que Vossa Excelência viesse fazer o pronunciamento que fez. Por isso, em nome da nossa Bancada, queremos nos solidarizar - e eu, que não conheço a sua região, nunca fiz política em Maringá - mas esperamos que a sindicância que está sendo realizada pela Secretaria da Saúde possa imediatamente trazer o resultado e Vossa Excelência possa punir com rigor aquelas pessoas que, de forma leviana e irresponsável, tentaram jogar o seu conceito e a sua honra no ralo das pessoas desonestas e que não têm nenhum compromisso com a decência e honradez.

Receba a nossa solidariedade.

#### **O Sr. Antonio Carlos Baratter**

Vossa Excelência me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Acompanhei este episódio desde o início e sei quem a senhora é e conheço a sua postura.

Talvez esta história que vou contar reflita bem este momento.

Certo dia, o carvão disse para o diamante: "Escute aqui, meu amigo, você não é da mesma composição química do que eu? O diamante disse: "Sou". E o carvão disse: "Mas porque você brilha e eu não? O diamante disse: "Carvão, você também nasceu para brilhar."

Então, Serafina, o seu sofrimento, que você disse que não há um remédio que possa curá-lo. Tem. Você é como um diamante e essa dor você vai curar com o brilho do seu trabalho. Mas temos que ter consciência e a certeza de que estas pessoas que buscaram lhe caluniar, que são carvão, temos que dar a oportunidade para que eles possam um dia, também, tornarem-se diamantes.

Aqui fica meu apoio e minha solidariedade a você. Obrigado.

#### **A SRA. SERAFINA CARRILHO**

Muito obrigada pelas palavras. Agradeço a todos e que Deus abençoe.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Horário da Liderança do PST, com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

**O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, imprensa.

Meu pronunciamento é com relação à Bancada Ruralista desta Casa que amanhã irá a Brasília. Mas antes de entrar no mérito, só queria dizer que fui citado pela deputada Serafina Carrilho e quero dizer o seguinte. Em Maringá existe uma caixa preta dentro do SUS, que sei que a sindicância que o governo vai fazer vai ser série, responsável e vai trazer à tona toda verdade. Não vou me pronunciar, agora, por nada, porque não vou usar a emoção, vou usar números. O que a sindicância apontar e vamos acompanhar, de perto, os desvios de consultas, desvios de remédios, desvio de internamentos que vem acontecendo há muito em Maringá. E isso, tenho certeza, vou acompanhar na sindicância passo a passo e vamos trazer aqui para mostrar a verdade a esta Casa. Acho que os senhores deputados merecem todo respeito e toda consideração e todas as informações. Porque nós, deputados, somos - acima de tudo, fiscais do Executivo deste Estado do Paraná.

Então para que a verdade prevaleça, acima de tudo, vamos trabalhar em cima de números já que está estabelecida uma sindicância feita pelo governo do Estado do Paraná. E deverá vir uma sindicância pelo governo federal, também, senhor presidente, porque a coisa não é tão simples assim. São fortunas desviadas, como dizem as próprias pessoas que trabalham dentro do SUS, então vamos trazer esses números aqui. E se alguém dever que pague, se não dever, ninguém paga. A regra é essa: quem não deve não teme.

Só entrei nesse detalhe porque meu nome foi citado aqui e espero que não seja mais citado, porque sei me defender muito bem, meus advogados me defendem e sei buscar os tribunais para me defender.

Era isso que queria dizer. Com relação ao meu pronunciamento, que havia me inscrito, é com relação as dificuldades que estamos assistindo no meio rural. Nós que temos uma Bancada Ruralista aqui, fortemente representada por mais de 20 parlamentares, estamos preocupados assim como os demais deputados que não são da Bancada, mas que também acompanham o sofrimento dos nossos lavradores - desde o pequeno, médio até o grande que viram frustradas suas safras devido a essas geadas que ocorreram em todo o Estado do Paraná. Há mais de 25 anos não tínhamos um inverno tão rigoroso como esse. E essas perdas que ocorreram, infelizmente, o governo federal, apesar da boa vontade do nosso ministro Pratini de Moraes, não foi suficiente para convencer o alto comando federal - até agora, para disponibilizar recursos para atender a todos os prejudicados nessa área.

Não vou me ater a números, aqui, porque os senhores conhecem. Só queria ressaltar, senhor presidente,

da sua preocupação em determinar, convidar determinados deputados da área ruralista - como o deputado Milton Puppio, como o deputado Plauto Miró Guimarães e como nós, também, e outros deputados mais que quiserem e puderem ir a Brasília. Amanhã estaremos lá com a Bancada federal no Congresso, para mostrarmos os números, mostrarmos as verdadeiras consequências ocorridas com essas geadas e mostrarmos o estado de necessidade, praticamente, que se encontram mais de 200 mil agricultores do nosso querido Estado do Paraná.

Nós vamos mostrar ao presidente, o governador Jaime Lerner já esteve em Brasília, mas vamos mostrar a ele e dizer em números, pequenos números, deputados que se nós atendermos agora o pequeno agricultor para que ele refaça a sua lavoura de café, o médio agricultor para que refaça o seu plantio de milho, o agricultor pecuarista para que refaça as suas pastagens, estaremos garantindo o emprego no campo, estaremos evitando o êxodo rural, porque a vinda, o deslocamento de uma família para a cidade, nós sabemos que causa um prejuízo tamanho, prejuízo material, prejuízo moral, prejuízo de toda a sorte, aumenta a pobreza aumenta a violência, aumenta o gasto com a saúde, enfim, com tudo mais. Então, é preciso que o governo federal tenha a mesma sensibilidade que ele teve com o Proer, tenha essa sensibilidade com os agricultores que são os homens que garantem a âncora verde do nosso País.

**O Sr. Augustinho Zucchi****(Assentimento)**

Deputado Divanir Braz Palma, gostaria de me somar ao pronunciamento de Vossa Excelência e atendendo aí até uma solicitação do deputado Nelson Justus, nosso presidente, entendo que muitos deputados não vão poder participar dessa reunião de amanhã, até porque precisamos ter a funcionalidade da Casa, normalmente, através das sessões, compromisso que temos aqui, nesta reunião com a Bancada Federal. Na verdade, muita gente, deputado Divanir, não está atenta para o que significou esse prejuízo que teve o Paraná. Na semana passada as manchetes dos jornais estampavam aqui em Curitiba uma subida rápida do preço da cesta básica. A elevação do preço da cesta básica é o primeiro sintoma.

Hoje ouvimos no jornal do Meio Dia, pela televisão, que avicultores do oeste do Estado do Paraná não têm previsão de milho para poderem fazer a ração para a produção de frangos. O ano que vem temos o reflexo direto do que significou esse prejuízo em todo o Paraná. E sabemos que o que o governo federal, na verdade, liberou é apenas, praticamente, quase na sua totalidade, o repasse, o adiamento dos financiamentos já contraídos pelos agricultores. Não temos a possibilidade de fazer a nova safra de verão, não estamos tendo a oportunidade de socorrer, deputado Hermas Brandão, pequenos produtores, aqueles que realmente perderam a sua lavoura, aqueles que não tinham financiamento no banco, que

estão devendo para as cooperativas, que estão devendo para a revenda.

Acho, deputado Divanir, que seremos representados amanhã em Brasília, nessa reunião com a Bancada Federal, o deputado Nelson Justus, nosso presidente, por três ou quatro companheiros. Agora, acho, sim que se marcada a audiência com o presidente da República, aí acho que temos que pedir a compreensão do nosso presidente para que nós, deputados, formemos realmente uma Comissão maior de deputados para participar aí sim dessa audiência com o presidente, já que com certeza absoluta teremos a possibilidade aí sim de termos uma, digamos, resolução ou pelo menos uma minimização desses problemas que sofre o Paraná.

Então, me solidarizo com Vossa Excelência e tenho a certeza que os deputados que puderem ir, se puder também vou fazer parte dessa reunião e se não somente quando da audiência iremos, sim, a Brasília. Mas acho que a Bancada Federal que tem um peso político extremamente forte junto ao governo federal pode nos ajudar o Paraná nesse momento difícil.

Então, está aí registrada a nossa solidariedade e chamo a atenção para a compreensão dos nossos companheiros deputados, porque no ano que vem certamente estaremos, aí sim, visualizando com maior intensidade o que significou esse momento para o Paraná.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte do nobre deputado Augustinho Zucchi, homem ligado a terra no nosso interior do Estado que vive e acompanha os momentos dramáticos do nosso agricultor paranaense, o nosso sofrido agricultor paranaense.

#### O Sr. Plauto Miró

##### (Assentimento)

Nobre deputado, ouço as suas palavras e quero me somar a elas. Temos um resultado trágico dos efeitos climáticos que aconteceram no nosso País, em especial aqui no nosso Estado do Paraná, onde tínhamos uma cafeicultura vindo com força total, depois de anos de incentivos, e não posso deixar de falar dentre os incentivos do nosso primeiro secretário, deputado Hermas Brandão, que quando secretário da Agricultura, foi o maior incentivador do plantio do café adensado que vinha a passos largos ampliando-se dentro do Estado do Paraná. E, a geada pôs fim a um trabalho de anos e anos onde estava-se alcançando um espaço importante dentro do cenário nacional na produção de café aqui no Estado.

Vimos também, com o resultado das geadas, trigo sendo perdido, a cevada, o milho safrinha, os ortifrangeiros, e, como o deputado Zucchi falou, o resultado de tudo isso foi a alta imediata de todos os produtos que consumimos e estes, em especial, que foram perdidos com os problemas climáticos.

Temos que cobrar! O Estado do Paraná tem problemas sérios, o campo tem problemas sérios, o pequeno produtor tem perdas significativas e tem que ter um olhar especial do governo federal, das autoridades federais para que possamos reparar, incentivar e dar continuidade para que ele possa continuar produzindo no interior do Estado como sempre produziu.

#### O Sr. Edno Guimarães

Estamos atentamente ouvindo seu pronunciamento e quero dizer a Vossa Excelência que hoje a situação no Paraná é caótica e o governo deve saber que as ações têm que ser imediatas. Rapidamente ele tem que agir para ver se reduzimos ou amenizamos esta situação cruel em que vive o Paraná.

A venda do estoque de milho que temos vai fazer falta porque a produção de frango no Paraná, hoje, é grande e temos uma preocupação muito grande porque já está faltando o produto. E o café, sabemos que o ciclo no Paraná é de 10, 15 anos. Desta vez foi 25 anos, de 1975 a 2000. A geada que queimou mesmo foi em 1975 e estou na cafeicultura há muitos anos e, assim como o senhor, lembro-me disso. Portanto, o governo tem que ter uma ação imediata porque precisa recuperar a lavoura agora e assim dá tempo de tirarmos muitas safras até vir novamente a geada grande.

Então, acho esta nossa preocupação muito importante e temos que procurar conscientizar o governo que isso precisa acontecer imediatamente.

#### O Sr. Nereu Moura

Deputado Divanir, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento, e dizer que não é só uma preocupação da Bancada Ruralista da qual Vossa Excelência é um componente de destaque, mas de todas as pessoas que têm um compromisso com a agricultura do nosso Estado, com todas as pessoas que vivem deste segmento tão importante da nossa economia.

A agricultura é a maior indústria do nosso Estado, é a que gera a maior quantidade de empregos e, infelizmente, não recebe a atenção que outros setores receberam por parte do governo do Estado e do governo federal, principalmente neste desastre que foge da alçada do ser humano que é a intempérie, que é o problema ocasionado pelo tempo. A geada, afetando de forma perversa e cruel os ortifrutigranjeiros, o milho, o trigo o café, as pastagens, de forma muito séria, fez com que o agricultor que estava descapitalizado agora não tenha nem condições de replantar sua propriedade ou de poder continuar na vida do campo. Com certeza serão dezenas de milhares de pessoas que virão embora para a cidade em função deste desastre.

Por isso, é necessário que o governo federal não se mantenha apenas e tão somente nestes anúncios feitos no final da semana passada porque isto está previsto em lei. O que o ministro anunciou nada mais é do que a própria lei prevê quando o cidadão vai buscar o seu empréstimo bancário para fazer o financiamento da lavoura. E nós

queríamos, também, saber, o governo do Estado, o governador Jaime Lerner também faça a sua parte. Assim como as prefeituras do interior estão fazendo, com frentes de trabalho, com aquilo que dispõem, o governo do Paraná também faça sua parte e não fique apenas e tão somente nesta ida a Brasília para levar o relatório das dificuldades que o Paraná enfrentou.

Concluo, deputado Divanir, dizendo que aí a importância do Banestado pertencer ao governo do Estado, porque o Banestado é a mão do governo, no momento em que o governo mais precisa, agora ele poderia se utilizar do Banestado para implementar políticas de financiamento, de empréstimos, e outros meios para ajudar a lavoura. De qualquer forma, me somo a Vossa Excelência e a sua preocupação é a preocupação de todos nós, que temos ligação com a agricultura no nosso Estado.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte do nobre deputado Nereu Moura e também aos demais deputados que apartearam.

Encerrando, o senhor presidente, quero dizer que foi feita uma moção ao governo federal: “Emergência Agrícola no Paraná”, encaminhada ao Excelêntíssimo senhor presidente Fernando Henrique Cardoso, assinada pela maioria dos deputados. Quem não assinou ainda, porque não teve oportunidade e quiserem assinar, está aqui. Amanhã estaremos lá. Vamos crescer ao que já foi pedido, o deputado Nereu colocou muito bem, os créditos apresentados são créditos já disponibilizados pela legislação que protege a agricultura. Não é suficiente. Precisamos de um acréscimo. Crédito para o pequeno produtor, que vai atender em torno de 70 mil famílias: 210 milhões; recursos para a formação de mudas de café, de reposição das lavouras destruídas e fins correlatos: 50 milhões; fundo de aval e fundo de estabilidade do pró-agro; 2 milhões; recursos para o segmento sucroalcooleiro: 80 milhões, que atinge mais de 600 mil trabalhadores, na sua maioria trabalhadores avulsos, chamados bóias frias; e recursos de custeio e investimento na pecuária: 90 milhões.

É isso aí. Nós vamos trabalhar e tenho certeza que com o apoio de toda a Assembléia, vamos estar lá amanhã com o deputado Orlando Pessuti, que já está lá, segundo informação do nosso presidente, e vamos com a Bancada, ter um encontro com o Presidente da República para mostrar a ele a real situação da nossa agricultura. E pedir, imediatamente, a liberação dos recursos, porque agricultura quer dizer natureza. A natureza não espera. Há momento para plantar. Momento para semear. Momento para colher. Não podemos perder tempo nos caminhos da burocracia. E este é o trabalho que a nossa Bancada e nossos deputados vão fazer lá em Brasília. Fazer ver às autoridades em Brasília de que nós temos urgência na liberação dos recursos.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário da Liderança do PT, concedemos a palavra ao deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente e senhores deputados, faço uso do Horário do PT no Horário das Oposições e o deputado José Maria Ferreira fará uso tratando da questão do Banestado.

Venho a esta tribuna, ao mesmo tempo em que acho importante que se vá um grupo de parlamentares a Brasília fazer a pressão necessária ao governo federal, que tanto tem devido à agricultura brasileira e também à reforma agrária, que foi parte componente deste projeto agrícola. Vai lá, representando nossa Bancada, na eminência de assumir a liderança o deputado Orlando Pessuti.

Mas, queria chamar a atenção para a falta de governo do Jaime Lerner, do governo que aí está, já pela 2ª gestão, de ter uma política emergencial, recursos de contingência para atender ao caso das geadas no Paraná. Ou poderia ser uma chuva de granizo. Poderia ter sido, também, um período de longa estiagem.

Ou de chuva. O Paraná não se preparou o suficiente para atender aos agricultores. Vou dar um exemplo - o governador Jaime Lerner fez muita propaganda e muita propaganda mesmo com o café adensado. Café adensado que uma pesquisa do Iapar começou lá no governo Álvaro Dias e veio dar resultado agora. O governo fez muita propaganda. Mas com a geada não tem muda hoje para distribuir aos agricultores para replantar para que daqui a três anos comece a ter retorno o café em pouca área de terra. Bastaria ocupar alguns terrenos do Iapar que não tem investimento colocando jornal e plástico você teria as mudas sem serem mortas pela geada.

Nós vimos também o governo do estado do Paraná apresentar recentemente em propaganda publicitária no jornal que o governo estaria criando um fundo de aval para ajudar a agricultura, que estaria liberando recursos para ajudar a agricultura, isto antes da geada. E eu cobrei aqui quando nós estávamos discutindo as emendas, da LDO que nós deveríamos apresentar uma emenda como nós apresentamos, a Oposição, assinamos uma emenda colocando recurso para o fundo de aval.

É bom a gente lembrar. Nós colocamos na LDO a necessidade de carimbar recursos para um fundo de aval para a agricultura. Fomos derrotados. Fomos derrotados e eu avisei aqui ao Plenário. E eu quero só lembrar uma publicação que na época liderando a bancada do PT, deputado Péricles Mello, nós fizemos uma publicação divulgando o Paraná todo - o nosso projeto de lei 221/97 que era uma iniciativa da nossa Bancada, assinado por vários deputados, inclusive deputados que fazem parte da base de sustentação do governo e nós apresentamos naquela ocasião uma proposta de fundo que o governo copia de nós agora. Mas ainda bem, não tem problema. O que nós queríamos naquela ocasião e poderia ser um instrumento,

não que vamos buscar em Brasília, pressionar politicamente para quem sabe na outra semana saia alguma coisa. Nós teríamos um instrumento imediato.

O governo já na semana passada teria recursos sendo liberados incondicionalmente, emergencialmente pelo Banco do Estado do Paraná a todos os pequenos agricultores do Paraná, de imediato, para os agricultores começarem a comer no Paraná. Este fundo público que teria o fim de crédito de custeio e investimento, assegurar concessão de aval e também para equalização de taxas de juros e preços. De onde viriam os recursos?

Viriam 25% das ações da Copel que foram vendidas e ninguém sabe para onde o dinheiro foi.

Aliás, agora nós estamos sabendo para onde o dinheiro está indo - está indo para aquele acordo que estão fazendo com a C.R. Almeida de 95 milhões, poderia ser usado aqui para custear este fundo.

Quinze por cento do fundo de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná que preferiu dar para a Renault, poderia ser usado para os pequenos agricultores do Estado do Paraná. E também outros recursos que porventura conseguisse, inclusive do governo federal para ajudar neste caso.

Então, a proposta foi nossa. O governo está absorvendo a proposta da Oposição, só que é uma pena que é uma proposta que está vindo atrasada, porque se não nós teríamos recursos carimbados, recursos certos, viabilizados, com o Iapar a campo, com a Emater a campo, o Banestado com este recurso guardadinho no fundo do caixa, recebendo os projetos de imediato para financiar mudas, financiar forragens, financiar pequenas industrializações, agro-industrializações, inclusive, quem sabe, já fazendo valer através da Emater o projeto de lei que nós apresentamos, eu, o deputado Augustinho Zucchi e Carlos Simões da agro-indústria artesanal que é uma forma alternativa de você industrializar de imediato vários produtos agrícolas para poder sair pelo menos com algum recurso na agricultura, porque todo mundo sabe que o pequeno agricultor com qualquer quantidade na roça faz dinheiro. Eu, no tempo que morava na roça com a granja, a gente saía na cidade para vender ovos para poder comprar calção de futebol para jogar no final de semana.

Qualquer coisa faz recurso.

Então, o governo do Estado teria que se espelhar mais e prestar mais atenção nas propostas da Oposição e desde o recurso carimbado na LDO que nós fizemos propostas e fomos derrotados. Então, é bom lembrar, porque as vezes a gente é derrotado e a nossa derrota só fica a angústia interna e tal, e é bom nesse momento a gente relembrar que nós fomos derrotados na proposta que todo mundo está querendo apoiar agora.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Diante da colocação de Vossa Excelência eu não poderia me calar nesta tarde nesta Casa em relação ao

café adensado. Vossa Excelência coloca com muita propriedade que o café não foi, café adensado, não foi criado pelo Governador Jaime Lerner e nem pela minha pessoa que era secretário da Agricultura naquele período que nós incentivamos. Na realidade o café adensado veio para o Paraná através do atual presidente da Sociedade Rural Brasileira, senhor Luis Rafer, que por sinal é irmão do senador do seu Partido em São Paulo, ele é proprietário em Ribeirão Claro, e foi através do trabalho dele que o café adensado chegou ao Paraná. É irmão do Supleci. O Iapar foi visitar a fazenda do Rafer em Ribeirão Claro, isso há muitos anos atrás, e adotou o café adensado como o café que seria o ideal para o nosso Estado. Nós temos que elogiar também o trabalho do Iapar nessa conquista.

Mas é bom frisar, deputado Colombo, que ninguém, nenhum Governo do Estado incentivou o café adensado no Estado, foi o governador Jaime Lerner, quando por solicitação nossa, por indicação nossa, que resolveu abraçar esse grande programa que beneficiou inúmeras pequenas propriedades no Paraná e gerou no Estado cento e cinquenta mil empregos diretos, a um custo muito baixo. Nós investimos durante três anos apenas três milhões e oitenta mil reais. Um custo baixíssimo pelo benefício que trouxe a muitos pequenos agricultores para viabilizar as suas propriedades agrícolas. Mas devemos deixar claro que foi o único governador que realmente pensou e aceitou a idéia de nós fazermos de novo no Paraná um parque cafeeiro. Infelizmente nós tivemos essas geadas, mas também nós tivemos oportunidade, porque nós somos dessa região do Vale do Paranapanema, já percorremos praticamente todos os municípios onde a cafeicultura estava com muita força, e está com muita força, porque realmente quem plantou café e já teve resultados financeiros vê que o café realmente é um grande componente para a renda familiar, para viabilizar principalmente a pequena propriedade. Nós temos inúmeras grandes propriedades com café, na região de Jacarezinho mesmo nós temos o Ferroni que hoje é o maior produtor de café do País, tem propriedade em Jacarezinho, Ribeirão Claro, Cambará, Ribeirão do Pinhal, Ibaiti, Nova Fátima, sem dúvida nenhuma é o maior produtor de café do País, mas nós temos sim inúmeras pequenas propriedades que só se viabilizam com o plantio de café.

Então, é necessário nesta hora nós buscarmos recursos para fazer que com essas pessoas que estão prejudicadas neste presente momento com a geada volte e continue investindo na Cafeicultura. Tenho testemunhas importantes de pequenos proprietários que liquidaram as suas dívidas que tinham rolado até por cinco anos, que liquidaram as suas dívidas junto a instituições financeiras em dois anos com a produção de café.

Então, eu acho os dez milhões, porque na realidade é o seguinte, o deputado Divanir Braz Palma colocou bem, os apartes do Nereu, do Plauto, dos outros deputados que fizeram um aparte ao Divanir, colocaram bem que os recursos que foram destinados ao Paraná na real-

idade foram dez milhões de reais, o resto é tudo dentro de refinanciamento, de financiamento, que de qualquer forma é uma política de crédito para o setor que iria acontecer normalmente, nós temos só dez milhões de reais que foi concedido, esse e a fundo perdido. Eu espero, hoje conversei com o secretário Poloni - que o governador Jaime Lerner, que já anunciou, inclusive, em Maringá, que ia destinar recursos de quatro milhões, para a recuperação da cafeicultura no Estado, com fornecimento de mudas, sementes. Que isso realmente aconteça e tenho certeza que isso vai acontecer, porque daremos condições a esses pequenos produtores de continuar no campo.

Na realidade, não perdemos - essa geadada, em muitos lugares que aconteceu, não matou o café. Vamos ter, sim, dificuldades, no futuro. Vamos atrasar a colheita. Se o café ia produzir com dois anos, vai produzir com três e aqueles que tinham colheita no ano que vem, não terá - terá no ano seguinte.

Precisamos de um recurso no momento, para mantermos essas pessoas no campo, para que possamos continuar gerando empregos, através da prefeitura.

O meu aparte a Vossa Excelência é no sentido de deixar bem clara a posição: quem incentivou a retomada da cafeicultura no Paraná foi o atual governador Jaime Lerner.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Hermes Fonseca**

Permite-me um aparte, deputado?  
(Assentimento)

#### **O Sr. Hermes Fonseca**

Apenas para ilustrar esse quadro grave, que se encontra a cafeicultura do Paraná, temos no Paraná, hoje, 300 milhões de pés de café, em produção e 85 milhões, em formação. São cerca de 165 mil hectares de terras, onde a cafeicultura foi implantada, em 19 mil propriedades, em cerca de 200 municípios e com uma média de 8.5 hectares, por propriedade.

O projeto que a nossa bancada apresentou lá atrás e que hoje serve de orientação do governo, nessa proposta, é fundamental. Porque no momento em que a crise está, vamos possibilitar a recuperação da cafeicultura, o reincentivo ao replantio de café, em 19 mil propriedades, que têm em média 8.5 hectares. Então o fundo de aval faz parte da nossa proposta, que lá atrás não foi contemplada na nossa proposta, na proposta da LDO. Acredito que agora é de fundamental importância, isso é medida emergencial, sim. Aí que precisamos lutar e buscar com todas as nossas forças, as forças políticas desta Casa, para que essa mensagem venha rápido para esta Casa e que possamos aprová-la, para referendar aquilo que é a vontade e a esperança do povo do Paraná, que trabalha na agricultura.

#### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Obrigado, deputados. Acho que o governo do Paraná tem que levar dessa geadada - poderia ser uma chuva de granizo, uma estiagem - tem que ter algo preparado para atender a agricultura. Tem que ter um fundo adequado, que é a nossa proposta. Tem que ter um banco com recurso e tem que ter as empresas como o Iapar, a Emater, para gerir e apresentar projetos de recuperação rápida, para auxiliar nesse processo.

Esse é o batalhão que tem que estar preparado, ali, do exército de recuperação da pequena agricultura e o Estado do Paraná não tem. O governo do Paraná, como fez com a Petrobrás, está jogando toda a responsabilidade, agora, em cima do governo federal - onde está a parte do governador Jaime Lerner? Está faltando.

É bem verdade, como falou o deputado Hermas Brandão - acho que ele deveria voltar como secretário, não iria deixar tantas mudas morrerem no Paraná, de café adensado.

O café adensado é uma proposta que deu certo. Ela tem que ser melhor cuidada, tratada, para dar prosseguimento e não pode ser abandonada nesse momento.

No Noroeste do Paraná, a prefeitura que tem muda de café adensado, hoje, com tratamento para resistir a determinadas pragas - é a Prefeitura de Mandaguaçu, do nosso partido, está preparada e está vendendo muda. Os agricultores estão repondo a muda. Daqui a três anos estarão devolvendo os recursos para a prefeitura. A prefeitura tem um programa municipal de apoio à agricultura emergencial. A prefeitura de Mandaguaçu, administrada pelo PT, já está colocando mudas na terra. Para nós é um orgulho e é bom que se diga isso, porque se preparou para isso. Os seus técnicos estavam, atentos à geadada. Quando o serviço de meteorologia avisava atentaram e trabalharam da mesma forma. Como é que se salvou as mudas? Colocando jornal e plástico. Como é que se está comercializando a muda? Está vendendo aos agricultores a R\$1,50 a muda para eles reporem aos cofres da prefeitura daqui a 3 anos.

Então tinha um programa, tinha recurso, tinham os técnicos, estava tudo preparado. A Prefeitura fazendo este trabalho, imagine se o governo do Estado tivesse todos os setores preparados, dessa forma, evidentemente teríamos uma situação um pouco melhor para a agricultura do Paraná.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Primeiro quero fazer uma menção em relação ao discurso da deputada Serafina, ela que me ligou no mês de julho, ainda preocupada com a situação, e na sua fala ficou bem colocada a questão da dificuldade, da calúnia. Quando atingimos alguém, e o instrumento que usamos é



a calúnia, realmente precisamos, Serafina, se me permite assim dizer, de um bálsamo, porque a cicatriz é profunda e nem sempre ela é visível, é só a alma que sente. Então, com certeza esta alma precisa do bálsamo.

Estamos e deveremos ser sempre solidários com quem quer que seja caluniado. A calúnia não pode passar a ser um instrumento da ação política. A denúncia sim, e este é um instrumento eficaz da democracia, do processo de representação, do processo que você busca a boa aplicação do recurso público, a melhoria da qualidade do serviço público, para que o cidadão receba isto como dever e obrigação do Estado.

O deputado Marcos Isfer falou a respeito de três senadores do Paraná que obstacularizaram por um grande tempo a liberação de recursos do Governo Federal.

Caro deputado, Vossa Excelência que retorna de um período de ausência, nesta Casa, em nenhum momento os senhores senadores pretenderam obstacularizar, mas sim tinham consciência do grau do endividamento e queriam, desejavam e estavam no exercício das suas obrigações, fazer com que o governo do Paraná abrisse e mostrasse, efetivamente, seu grau de endividamento. Era só isso que se pedia, que mostrasse, porque o Paraná estava caminhando como caminhou e vem o secretário da Fazenda, daquela tribuna, dizer que o Paraná não tinha este índice de endividamento.

E no balanço, que inclusive não consta, nesta Casa, é um desrespeito a este Parlamento, que acaba deixando de fazer seu papel de fiscalizador, quando nesta Casa nem sequer consta o balanço! Ora, se o Parlamento está para fiscalizar, para acompanhar e não tem as peças do balanço, evidentemente não sei como é que iremos fazer o acompanhamento, deputado Nereu Moura, da ação de governo.

Então é uma questão que precisamos ter bem em mente. Mas só digo aqui, não foi no sentido de obstacularizar, de impedir, mas foi de conhecer a real situação do Paraná. porque todas as informações e requerimentos são negados e a forma que tem é a hora que você tem que apresentar esse documento, e foi o instrumento usado legitimamente para conhecer a realidade das finanças do Paraná.

Por falar em finanças do Paraná, em situação econômica, em empobrecimento da nossa agricultura, por falar - deputado Hermas Brandão - com a experiência de ex-secretário da Agricultura, mostrou quanto um dinheiro bem aplicado pode produzir emprego. Afirmou da sua tribuna que investindo 3 milhões e 80 mil reais em estímulo, a produção de semente no nosso Estado gerou 150 mil empregos.

Já pensou se tivéssemos investido os 226 milhões vazados no ralo da corrupção do Banestado Leasing, na produção do nosso Estado, que Estado teríamos e que economia teríamos hoje, para poder gerar empregos, gerar renda e a melhoria da capacitação da nossa qualidade de vida.

Esta Casa, especialmente a Oposição, não se omitiu em nenhum momento. Recordo-me ainda que há quatro anos atrás, quando era Líder do PMDB, o deputado Cláudio Romanelli trouxe aqui o caso da “Operação Aracaju”. Vinte e oito milhões, aqui hoje o Ministério Público Federal, esta Casa poderia ter cumprido o seu papel.

Não porque sou da Oposição, quero ver o governo bem. Para ver o governo bem, preciso ver o governo aplicando bem os seus recursos.

(Lê):

“Ministério Público pede prisão de 9 no caso do Banestado Leasing”.

O que fez esta Casa? Só fizemos foi reprovar requerimento, porque apresentados, quando não foram aprovados, para conhecermos a realidade do Banestado Leasing. Se o governo tivesse o interesse de conhecer, de estancar a sangria do Recurso Público com certeza ele teria permitido a aprovação desses requerimentos e teríamos conhecido. Como foi o caso Aracaju? Como foi o empréstimo feito a empresas de Maringá? Como foi o despacho do empréstimo de 8 milhões de reais? Como foi que uma empresa levou 28 milhões de reais do Paraná, paranaense não era, com endereço frio, com empresários laranjas.

Ora se tivéssemos encaminhado neste sentido, evidentemente teríamos recursos para hoje estar financiando setores da produção. Hoje a secretária de Indústria e Comércio se for lá solicitar qualquer recurso, qualquer estímulo a indústria nós não temos recursos.

Não tem recursos para salvar o laticínio com 27 mil reais. No entanto rolou sem o mínimo respeito para com o cidadão e para com quem paga imposto. Esta fortuna.

Hoje somos obrigados a ver. **(Lê um trecho do jornal)**: Justiça decide sobre o caso “leasing”. João Alves homônimo daquele sortudo da loteria, mas são 33 empresas.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me permite um aparte?

Gostaria de lhe dar uma informação.

Vossa Excelência se reporta à questão do Banestado Leasing e só para esclarecer e não deixar dúvida e se hoje a justiça está tomando as medidas cabíveis para o caso, tudo isso ocorreu porque o governo do Estado determinou uma sindicância administrativa aonde houve quebra de sigilo bancário de vários funcionários e todas as medidas que tinham que ser tomadas, foram tomadas. Isto serviu de subsídios para o Ministério Público. Chegamos onde chegamos porque o governo, no exato momento em que precisava tomar as medidas, ele tomou.

Esta é a posição que gostaria de dizer a Vossa Excelência e tenho a certeza que Vossa Excelência não vai concordar com a minha posição, mas é a informação oficial e correta que quero prestar a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Fico satisfeito, até pela consciência que o senhor tem a respeito do que o senhor está dizendo.

São 33 empresas e entre elas, três sergipanas pertencentes a João Alves Filho e outras duas ao genro, José de Amorim, Habitacional Construtora do ex-governador, recebeu da Banestado Leasing, recebeu 6 milhões, seiscentos e noventa e dois mil. Já as empresas Amorim, Segipe Transportes e a Rápido Laser, esta aqui, denunciada em outra oportunidade no mandato anterior, ambas do genro João Alves, receberam respectivamente 13 milhões, 900 mil reais e mais 8 milhões, 264 mil reais.

Nessas duas últimas o segurança particular de Amorim José e de Nivaldo Moraes é usado como "Laranja" e entre outras coisas foram constatadas uma série de operações fraudulentas, alguns bens foram superfaturados, bens que tinham seu valor original de 1.500 reais, foram contabilizados como 145 mil reais.

Ora, isto é a perda da preocupação em executar algo que possa ser amanhã, chamado de irresponsável e esta Casa precisa senhor líder do Governo, ter encaminhamento, porque não foi discutida.

Conheci o processo em que Vossa Excelência falou que o governo encaminhou no Ministério Público e vi como foram executadas as operações ali. Há mais de um ano e meio o Ministério Público vem trabalhando e precisou da solicitação da quebra do sigilo bancário, assim como também tem sido difícil ao próprio Ministério Público, apurar as contas fantasmas abertas no Banestado.

O Banestado virou a lavanderia da corrupção e isto mostra que é em função do desgoverno, é em função da falta de uma visão reclamada aqui pelo deputado Colombo, falta política. Temos o Banestado, o Banestado Leasing, temos Ecoparaná. Temos uma sucessão. O que varou do Banestado Leasing dá para construir dois prédios do TRT de São Paulo, que hoje é caso nacional e o Paraná está silente, a Casa igualmente caminha no mesmo ritmo do governo. Temos os problemas da Paranaeducação que vão estourar. Temos um problema ainda inexplicado, do Canal Extravisor do Iguaçu. Foi inaugurada recentemente pelo senhor governador a barragem do Iraí. Ora, em 95 constituiu-se nesta Casa uma CPI para apurar o problema da água e nela estava a urgência, porque havia problema de desabastecimento. Levou seis anos e meio para inaugurar uma obra que era urgente.

Temos o Paranaeducação, o Canal Extravisor, a questão da Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Queria pedir a Vossa Excelência que economizasse um pouco da sua munição para amanhã.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço a sua preocupação, mas sobre a Copel, serei rápido.

A Copel tem um processo de indenização andando, de 196 milhões que agora numa reunião extraordinária

resolve pagar à construtora, 95 milhões de reais, sem muita discussão, sem que pudéssemos trazer e criar um debate aqui.

Por isso sugeriria a Vossa Excelência, na condição de presidente que convidasse o setor competente da Copel para que nesta Casa viesse explicar esta operação antes que tenhamos o Ministério Público esclarecendo para nós o que foi feito dos 95 milhões da Copel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra à Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 345/2000 subscrito pelo senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente, comunicando que a partir desta data está reassumindo seu mandato parlamentar e funções a ele inerentes, tendo em vista que o objetivo da solicitação foi devidamente alcançado em prazo inferior ao requerido. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação de trânsito no curriculum das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E PARECER CONTRÁRIO DA C.E.C.E.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 240/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação no trânsito no curriculum das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável à emenda.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Orlando Pessuti, Beto Richa, Algaci Tulio, Valdir Rossoni e 02 ilegíveis.

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/99, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.D.H.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
DE PLENÁRIO, DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 514/99

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura organizacional básica do Departamento da Polícia Civil do Paraná, a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública fica autorizada a firmar convênios com órgãos do Poder Público ou entidades privadas, visando o estudo a pesquisa e o fornecimento dos recursos humanos necessários para a assistência psicossocial das pessoas atendidas pela Unidade Policial Civil.

Art. 3º Poderão ser criadas, junto às subdivisões policiais civis, setores de atendimento ao idoso, em estrita colaboração com a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso e nos moldes desta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.06.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

Apoiamento:

Nelson Garcia, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins e Moysés Leônidas.

JUSTIFICATIVA:

Objetivando adequar o Projeto de Lei nº 514/99, de forma a tornar viável e facilitar a instalação da Delegacia Especializada do Idoso, entendemos por bem suprimir alguns artigos da proposição original, que não o descaracterizam, valendo salientar que os dispositivos permanentes já foram devidamente analisados pelas Comissões de Constituição e Justiça, e de Segurança Pública desta Casa, sendo que em ambas o projeto recebeu parecer favorável por unanimidade. Tratando-se de benefício de relevante interesse para a sociedade paranaense, reiteramos o apoio dos nobres Pares à sua aprovação, haja visto que ao ser convertido em lei, um imenso contingente de idosos do nosso Estado desfrutará de um atendimento diferenciado quando necessitar de atendimento assistencial na área de segurança pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 514/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável à Emenda.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Apoiamento:

Beto Richa, Duílio Genari, Orlando Pessuti, Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Valdir Rossoni e 01 ilegível.

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Rio Branco do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 182, de 30.11.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 622/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Execu-

tivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Rio Branco do Sul.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 622/99**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Rio Branco do Sul.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a referida proposição se faz necessária devido ao grande número de menores de rua que frequentam bares noturnos causando um aumento no índice de criminalidade no município de Rio Branco do Sul.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**  
**PROJETO DE LEI Nº 622/99**

**P A R E C E R :**

De autoria do deputado Algaci Tulio, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Rio Branco do Sul.

Na justificativa o Parlamentar indica que Rio Branco do Sul possui alguns problemas sociais graves, entre eles o grande número de menores de rua, alguns frequentando bares e outros estabelecimentos noturnos que o município possui em grande quantidade. Isso está ocasionando um altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligada à infância e à adolescência. É importante que o governo do estado efetue a instalação desta delegacia especializada, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que o Rio Branco está enfrentando.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública declararam-se favoráveis ao projeto.

O projeto de lei em epígrafe vem ao encontro dos propósitos da modernidade em dotar as comunidades de aparelhos de combate ao crime em geral e aqueles específicos em regra, como são a defesa da criança, do idoso e da mulher. Assim, e sob os aspectos desta Comissão de Mérito, o autor soube bem revestir de forma legal o pretendido pela comunidade e mesmo objeto da ação pública.

Voto Favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente  
BETO RICHA - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 028, de 04.04.2000.)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 101/2000**

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso Parecer é Favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 101/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências.

Tal propositura já mereceu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Segurança Pública. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar conclui que a medida visa atender a uma antiga necessidade do Instituto Médico Legal evitando-se recorrer-se a terceiros ou a procedimentos que onerem mais o erário público.

Pelo do exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
ADEMIR BIER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 101/2000

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a carreira de perito odontologista.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que é de grande mérito a proposição ora apresentada por tratar-se de grande importância para as perícias criminais, atendendo assim a uma antiga necessidade do Instituto Médico Legal do Estado.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 072, de 07.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 187/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, com sede e foro em Curitiba / PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO BARATTER - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Sagrada Família - Paróquia São João

Batista, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 076, de 13.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 196/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo Sagrada Família Paróquia São João Batista, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO BARATTER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1430, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1425, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, antes que Vossa Excelência coloque em votação, gostaria de pedir ao deputado Nereu Moura, se possível, a retirada deste requerimento, porque tenho todas as informações a serem prestadas ao ilustre Parlamentar, a não ser o item d, o qual pede a capacidade de endividamento de cada município. Isso não compete a Secretaria de Desenvolvimento informar, e sim, talvez, o Tribunal de Contas ou o próprio município. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano faz os cálculos no devido momento em que está fazendo negociações com o município para fazer empréstimo. As outras informações eu tenho em mãos. Se o deputado retirar o seu Requerimento peço as informações neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, antes de retirar agradeço a presteza do deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente retirado.

Requerimento nº 1411, de autoria dos senhores deputados Geraldo Cartário e Ademar Traiano, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, registramos o voto contrário da Bancada de Oposição, por motivos já expressados na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 1394, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1421, 1422 e 1424, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1423, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1428, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1431, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1432, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1433 e 1445, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1434, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1437, de autoria do senhor deputado Caño Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1439 a 1443, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1446, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoios dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchi,

Miltinho Puppio e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1444, de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1427, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, com apoio dos senhores deputados Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nereu Moura e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 240 e 514/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nºs 024, 101, 503, 622/99, 101, 187 e 196/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 103, 105, 471/99, 195 e 054/2000.

Levanta-se a sessão.

### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Ademar Traiano apresentou redação final aos Projeto de Lei nºs 095/2000, 154/2000, 155/2000 e 180/2000, que foram aprovadas sem observações. nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária